



# A Classe Operária

Órgão Central do Partido Comunista do Brasil

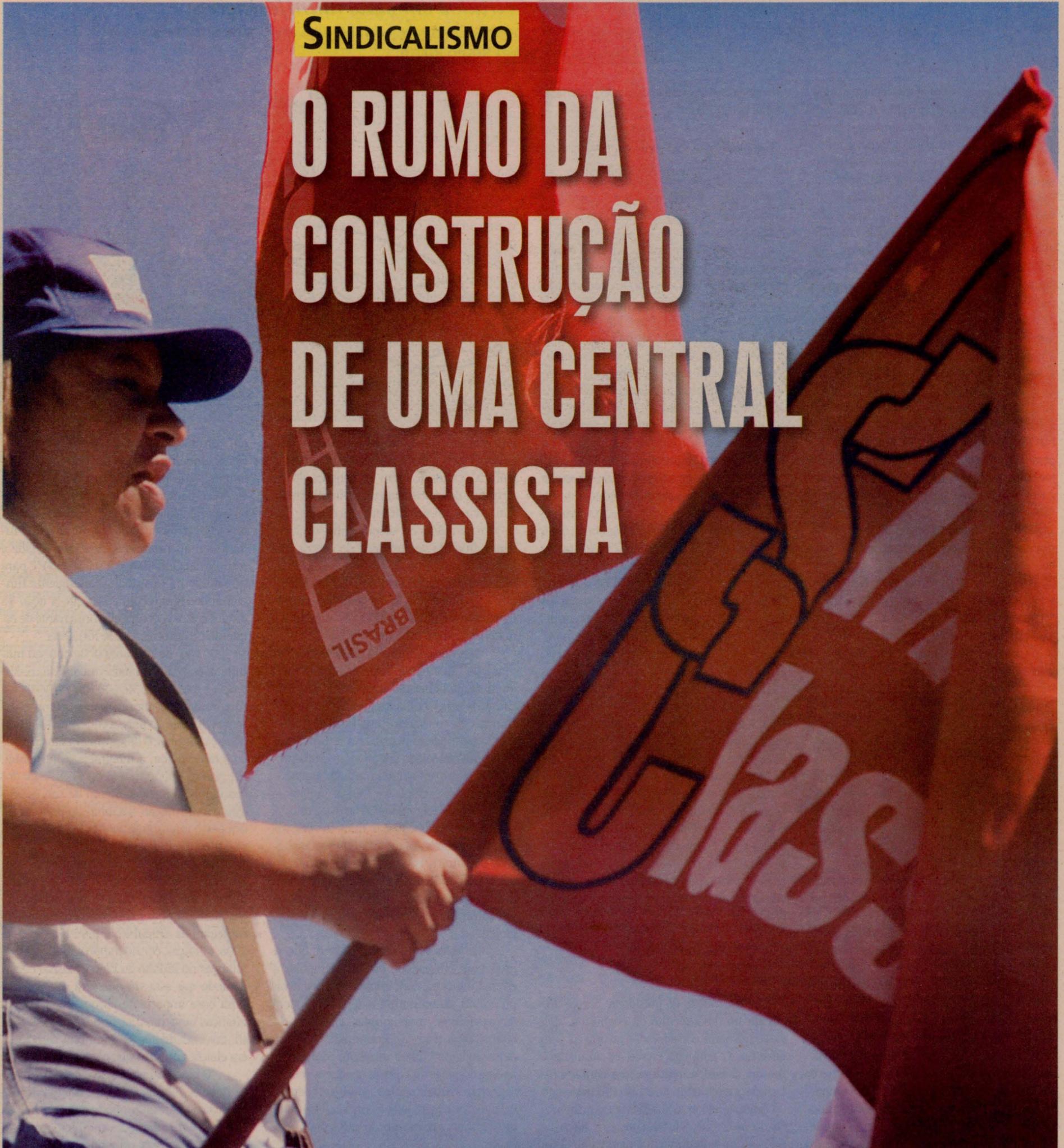
PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

Ano 82 - Nº 301 - Agosto de 2007 - R\$ 1,70

**SINDICALISMO**

## O RUMO DA CONSTRUÇÃO DE UMA CENTRAL CLASSISTA

Agência Brasil



**RENATO RABELO**  
**A direita usa  
de tudo para atacar  
Lula e o governo**

Página 2

**AGÊNCIAS REGULADORAS**  
**Ferramentas  
da privatização  
do estado**

Página 4

**CHINA**  
**Observações  
de um comunista  
brasileiro**



Página 11

**CDM**

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

**TELEVISÃO**  
**Classificação  
indicativa  
não é censura**

Página 13

CONJUNTURA

# A direita usa de tudo para atacar Lula

*A oposição conservadora tenta atribuir ao governo a culpa de tudo. Mas só consegue mobilizar endinheirados em suas manifestações.*

JOSÉ CARLOS RUY ENTREVISTA RENATO RABELO

As forças conservadoras tentam atingir o governo do presidente Lula de qualquer jeito, e este impulso move a atual ofensiva da direita — esta é a opinião do presidente nacional do Partido Comunista do Brasil, Renato Rabelo, em entrevista para A Classe Operária. A oposição, diz ele, ficou numa situação de grande defensiva neste começo do segundo mandato de Lula, em que as pesquisas de opinião revelam um presidente com grande apoio popular. “Eles não conseguem engolir um segundo mandato para Lula, ainda mais com êxito”.

Na ansiedade para atingir Lula, usam qualquer argumento. Como o chamado apagão aéreo, que os conservadores e a grande mídia usam de forma insistente tentando transformar os problemas dos aeroportos em uma grande crise, diz Renato Rabelo. Quando houve o acidente com o Airbus da TAM em Congonhas, que matou 199 pessoas, a oposição não vacilou, achando ter encontrado o tema de onde tiraria a força para atingir o governo. Houve mesmo quem, nas grandes redações, esfregasse as mãos de satisfação: a queda do avião era o que faltava para provocar um grande descontentamento.

Viram no acontecimento o auge da crise, a demonstração daquilo que chamam de “irresponsabilidade do governo”, sua “inação”. Passaram a julgar o governo e atribuir-lhe a culpa pelo acidente, diz Renato. A pista do aeroporto foi transformada na prova material dessa acusação. E, a partir daí, tentaram fazer uma grande mobilização de setores da classe média alta, que refletiria o descontentamento de uma parte da sociedade contra o governo.

Isso levou ao “Cansei”, diz o dirigente comunista. “Tudo com um objetivo político claro: desgastar o governo”, numa realidade em que a mídia concentra muito poder, sendo a força de oposição mais importante. Mas esbarraram nas pesquisas reveladoras de uma alta aprovação popular tanto ao governo como ao presidente Lula. “Isso deixou eles discutindo entre si”, diz ele.

Outro fator desta crise midiática que a direita incentiva são as investidas contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, “que querem transformar num alvo importante através de uma exploração in extremis. Tentam provocar rachaduras na base do governo, sobretudo no Senado, para mudar uma correlação de forças que, embora favorável ao governo, é apertada. Seu objetivo é virar o jogo.” Para isso, fazem essa campanha toda, a devassa na vida e nas contas do senador. E Renato Rabelo pergunta: Por que isso tudo? “Para levar à cisão da base de sustentação do governo no Senado”, responde. O objetivo da oposição é afastar Renan para abocanhar a presidência do Senado — e falasse, inclusive, no nome do liberal conservador Jarbas Vasconcelos, do PMBD/PE para seu lugar. Um Senado dirigido pela oposição ne-

oliberal será um grande obstáculo para o governo, pensa Renato.

## Contra as alianças sul-sul

A política externa é outra frente dessa ofensiva das forças conservadoras, diz Renato Rabelo. Fazem de tudo para incompatibilizar o Brasil com os vizinhos, especialmente com a Bolívia e a Venezuela, criando obstáculos à integração regional. É um objetivo que já perseguiam. Eles trabalham para impedir a entrada da Venezuela no Mercosul. Colocam em seu alvo a política externa do presidente Lula e do ministro Celso Amorim, atacam a política Sul-Sul, as alianças estratégicas que o Brasil estabelece com países de desenvolvimento semelhante, a abertura de mercados para países em vias de desenvolvimento, tudo isso na tentativa de restabelecer como prioridade a adesão automática aos EUA e Europa, que prevaleceu sob FHC.

Mas, para consternação da oposição conservadora, o presidente Lula mantém sua base de sustentação política e tem grande apoio popular. A pesquisa divulgada no dia 5 de agosto mostra índices de 52% de ótimo e bom, contra 12% de ruim e péssimo. Ela mostra também que nas camadas de renda mais alta, acima de 10 salários mínimos, os índices de aprovação/reprovação são equilibrados, com cerca de 1/3 de ótimo e bom, 1/3 de regular e 1/3 de ruim e péssimo. Isto é, pensa Renato Rabelo, os conservadores atacam a classe média contra o governo, mas conseguem influenciar apenas uma parte dela, a mais rica. Mas não alcançam aquela que o ministro da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, o cientista político Roberto Mangabeira Unger chama de “pequena burguesia morena”. Ela é mais ampla e tem mais abertura e boa vontade com o governo. E tem necessidades que precisam ser atendidas; o governo precisa por exemplo ter planos de educação para estas camadas, mobilizá-las para aprender e produzir, ajudar a despertar seu potencial produtivo e empreendedor.

## Os fundamentos da economia são sólidos

A aprovação do presidente parece ancorada no desempenho da economia, que exhibe números considerados favoráveis pelo governo. O emprego cresce, os analistas e mesmo os bancos refazem suas contas e falam em crescimento de 5% do PIB neste ano — contrariando as avaliações feitas no começo do ano, que dificilmente iam além de 3,5%. É um quadro no qual o governo já fala de um novo ciclo de desenvolvimento que se abre, e mesmo de transição para uma nova política econômica, diz Renato Rabelo.

Para os comunistas, entretanto, a política econômica não mudou, sobretudo a macro-econômica, com o câmbio valorizado e o



juro real alto, situações que criam sérias dificuldades para a indústria brasileira, diz ele. A política econômica tem se beneficiado da atual fase de crescimento da economia mundial, sobretudo nos últimos cinco anos, que só tem paralelo ao desempenho ocorrido após o final da segunda grande guerra, diz. Muitos economistas dizem que o Brasil ganha com a situação favorável das commodities, cujo preço vem se elevando em virtude da grande demanda mundial de alimentos e matérias primas, sobretudo na Ásia.

“Mas nada demonstra que isso seja permanente”, diz Renato Rabelo. “Com o nível atual de globalização financeira, as crises causadas pelas ‘bolhas’ surgem e ressurgem com força”, considera. “Esta farra de títulos, esta jogatina de rentistas, leva a uma realidade falsa, descolada dos ativos reais, da produção”. É um movimento alheio à economia real. Um exemplo é a “bolha” hipotecária que estoura agora nos EUA, onde os títulos negociados chegam a mais de 400 trilhões de dólares, segundo algumas avaliações. São títulos, contudo, que em termos reais correspondem a ativos reais que valem muito menos, entre 30 a 50 trilhões de dólares, mostrando a realidade falsa do cassino global.

Mas estes estouros financeiros, que se propagam em cadeia, podem extrapolar a esfera financeira, com implicações negativas no âmbito da economia real. E isso poderá ter repercussão mais amplas, criando problemas para todas as economias. “E repercutir por aqui”, diz o dirigente comunista, apesar do governo considerar que a economia tem fundamentos sólidos, “porque quanto mais articulada à ciranda financeira global, mais a economia do país sofre”, pensa ele.

## O Bloco de Esquerda veio para ficar

Finalmente, Renato Rabelo tratou também da estruturação do Bloco de Esquer-

da, “um esforço para a construção de uma frente esquerda no bojo de uma frente mais ampla”, que precisa de um núcleo, pensa ele. “Daí a importância de construir e manter esta frente de esquerda”. Ela pode questionar o PT e impulsionar o governo para mudanças mais profundas. Sua necessidade é reconhecida inclusive por setores do PT, para quem não há um núcleo de esquerda funcionando. Eles reconhecem que a ação da direita cresce e, contra ela, uma frente de esquerda precisa crescer e se fortalecer.

O Bloco de Esquerda já lançou seu manifesto, com uma plataforma que dá consistência a esta frente. Renato Rabelo destaca a importância de alguns pontos, como o desenvolvimento do país, a educação de qualidade e universal, o desenvolvimento científico e tecnológico, a integração continental. São pontos importantes para o bem estar dos brasileiros, o fortalecimento de sua economia e a afirmação nacional do país, sendo um passo importante pois dá fisionomia para o Bloco de Esquerda.

A fase agora é enraizar o Bloco, com lançamentos nos estados — Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Mato Grosso, São Paulo, etc. Além disso, os partidos que o compõe já começam as articulações para a eleição de 2008, alianças, considerando a realização de alianças no âmbito do Bloco. Mesmo considerando que esta via não será rígida, ela é uma base importante porque pode levar a alianças neste mosaico político que é o Brasil, diversidade que se manifesta com força em eleições municipais.

“O bloco vai vingando”, garante Renato Rabelo. Ele está em fase de definição e construção, levando em conta o papel da frente de esquerda na luta política do país. E insiste: “não vamos eleitoralizar a frente”. O alvo não é 2008. Outra coisa a considerar é que a frente é maior do que o apoio ao presidente da República. Ela faz parte do esforço de construir um projeto nacional de desenvolvimento, diz ele. E por isso não tem o objetivo de ser frente conjuntural nem eleitoral.

EMPRESA JORNALÍSTICA FUNDADA EM 1925

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

# A Classe Operária

Comitê Gestor: Adalberto Monteiro, Altamiro Borges, Bernardo Joffily, José Carlos Ruy, Pedro de Oliveira

Secretário de Comunicação: Altamiro Borges. Editor: José Carlos Ruy

Redação: Priscila Lobregatte e Carlos Pompe

Arte: Marco Godoy. Administração: Francyrrose de Andrade

Jornalista responsável: Pedro de Oliveira

Diretor (in memoriam): João Amador

Alameda Sarutaiá 185 - Jardim Paulista - São Paulo - SP - CEP 01403-010 Tel. 11-2054 1800

[classe@pedob.org.br](mailto:classe@pedob.org.br)
[www.pedob.org.br/cls](http://www.pedob.org.br/cls)

ELEIÇÃO 2008

# Ousadia em Porto Alegre

GUSTAVO ALVES ENTREVISTA MANUELA D'ÁVILA

A deputada federal mais votada do Rio Grande do Sul, Manuela D'Ávila aparece nos primeiros lugares em pesquisas eleitorais realizadas na capital gaúcha. Numa pesquisa divulgada pela Revista Voto, a jovem parlamentar comunista aparece em segundo lugar, atrás do ex-governador e ex-ministro Olívio Dutra e à frente do atual prefeito José Fogaça. Em outra, ela está em empate técnico com o prefeito (veja nesta página).

A Classe Operária ouviu a deputada sobre a construção de uma candidatura progressista para a capital gaúcha, a ampliação da atuação dos comunistas e a ousadia na construção de uma candidatura avançada.

**A Classe Operária:** *As pesquisas mostram que seu nome é lembrado como forte candidata à Prefeitura de Porto Alegre na eleição de 2008; como você vê estes resultados?*

**Manuela D'Ávila:** Na realidade tem dois aspectos decisivos para que a nossa candidatura apareça com índices elevados nas pesquisas que foram divulgadas até agora. Um deles é a forte votação que nós tivemos em Porto Alegre na candidatura de deputada federal, esta votação já era expressão do trabalho do Partido na Câmara de Vereadores, que teve respaldo, identificação e apoio do povo.

Outro aspecto é que nós estamos realizando um trabalho no mandato que vem correspondendo às expectativas das pessoas, nós cumprimos com uma de nossas bandeiras de campanha que era a aprovação da Lei dos Estágios. Nós recebemos muitas mensagens afirmando que apresentamos projetos e os construímos, e que esta é uma característica do PCdoB.

Além disso, nós procuramos realizar movimentos importantes junto com o povo de Porto Alegre.

**A Classe Operária:** *Existe uma grande afinidade entre o seu mandato, o partido e os movimentos sociais; pode-se dizer que este é um fator determinante da boa colocação nas pesquisas?*

**Manuela D'Ávila:** Nós conseguimos este amálgama. Nossa vitória, seja na Câmara de Vereadores, seja na Câmara dos Deputados (onde conseguimos uma vaga), seja lançando uma candidata a Vice-Governadora, mantendo nosso mandato na Assembléia Legislativa, é fruto da unidade de ação dos comunistas.

Estas vitórias foram fruto da unidade política do partido, com os movimentos sociais e com setores mais amplos da sociedade gaúcha.

Esta é uma diferença do PCdoB com os outros partidos, nós não somos candidatos de nós mesmos, esta diferença se expressa em cada atividade. Não é Manuela que tem que estar presente para que as opiniões que a Manuela representa estejam presentes. E a população identifica isto, é um partido do povo, com uma grande unidade de ação e política.

**A Classe Operária:** *Como você analisa o quadro eleitoral em Porto Alegre para a disputa de 2008?*

**Manuela D'Ávila:** Eu acho que a eleição em Porto Alegre vai representar o fim de um ciclo. No Rio Grande do Sul, a política viveu um ciclo de polarizações entre PT e PMDB muito grande, que em certa medida permanece no interior do estado, tanto que estes partidos têm o maior número de prefeitos e vereadores, mas que apresenta sinais claros de esgotamento na capital. Houve uma mudança, um amadurecimento político da população. A população porto-alegrense, nas últimas disputas, fez escolhas que fogem desta polarização, que muitas vezes impediu que os projetos para a cidade e para o estado fossem debatidos. A eleição de Yeda Crusius para o governo se deu dentro desta lógica, e está trazendo enorme prejuízos ao povo gaúcho, com a forte agenda neoliberal implementada pelo seu governo com desmonte do estado e o descontrolado administrativo.

Esta polarização permitiu que estes setores mais à direita ganhassem o governo e seguramente vão tentar viabilizar um candidato próprio para a prefeitura ou mesmo apoiarem o atual prefeito, que apoiou os tucanos na eleição passada.

De outro lado, nós temos o PT, que governou a cidade por 16 anos, onde nós fomos aliados e participamos da prefeitura, que construiu vários avanços mas que tem dificuldades.

Na minha opinião esta vai ser uma disputa de projetos para a cidade, e nós estamos debatendo com os mais diversos setores, com os movimentos sociais, com diversos partidos, qual é o projeto para que Porto Alegre invista em educação, saúde, transportes, segurança, políticas para a juventude, esporte, lazer e ao mesmo tempo alavanque o desenvolvimento da cidade e do Estado.

**A Classe Operária:** *A recuperação da Prefeitura de Porto Alegre pelas forças progressistas pode ser a ante-sala da derrota do governo neoliberal de Yeda Crusius?*

**Manuela D'Ávila:** Acho que sim, mas na minha opinião isso passa pelo



Manuela D'Ávila

## Manuela no páreo

As eleições municipais ainda estão longe. Falta mais de um ano. Mas a comunista gaúcha Manuela D'Ávila, que foi um fenômeno de votos na eleição do ano passado para a Câmara dos Deputados, está numa espécie de pole position, como revela uma pesquisa feita nos dias 1 a 3 de agosto pelo Instituto Methodus, de Porto Alegre. Manuela está em empate técnico com José Fogaça (PPS): o atual prefeito tem 15,8% das intenções de voto, seguido de perto por ela, com 14,2%. Em seguida aparecem Luciana Genro (PSOL), com 11,7%; Miguel Rosseto (PT), 10,4%; Onyx Lorenzoni (DEM), 8%; Vieira da Cunha (PDT), com 7,2%, e Beto Albuquerque (PSB), com 5,3%.

Numa simulação onde não aparece o nome de Luciana Genro, José Fogaça salta

para 17,9%, mas Manuela se aproxima mais, com 17,4%. O quadro não é definitivo, mas bastante animador pois a vitória do prefeito parece frágil. A pesquisa mostra que os eleitores avaliam mal sua gestão, dizendo que a situação piorou na saúde, educação, violência na cidade e número de crianças nas esquinas. Nos demais itens (limpeza pública, iluminação pública, abastecimento de água, esgoto, transporte público, entre outros), a maioria não percebeu melhora e diz que tudo ficou como estava antes.

A reprovação é grande: 52,7% se declararam insatisfeitos com a atual administração, e apenas 16,6% se disseram satisfeitos. Quando perguntados se Fogaça deve ser reeleito, 60,6% disseram um sonoro "não". É um quadro difícil para Fogaça. Já para Manuela... (JCR).

amadurecimento das forças progressistas, pela consciência que nenhuma força é dona da verdade. Digo isso porque nós não podemos nos considerar a única força progressista. O Governo do presidente Lula mostra isso, nós sempre defendemos uma participação de vários setores da política, uma coalizão que se desse nos marcos da política. E o povo gaúcho percebeu a im-

portância de se fugir desta polarização, embora nem todos os agentes políticos percebam. Nós precisamos realizar um debate neste sentido, para a construção de um projeto amplo que envolva os movimentos sociais, a sociedade e amplos setores da política, para que ganhemos Porto Alegre e também derrotemos um dos últimos bastiões desta chaga, chamada neoliberalismo.

EDITORIAL

## Reestatização?

Muitos empresários e seus porta-vozes parecem sobressaltados com decisões recentes do governo. O jornal *O Estado de S. Paulo* apertou o botão de alarme dizendo, em editorial (dia 14 de agosto) que o governo retoma o caminho da "reestatização de grandes setores e à centralização de importantes decisões econômicas".

E lista os sinais dessa tendência. O primeiro é a compra da Suzano Petroquímica, pela Petrobrás, por 2,7 bilhões de reais, sinalizando uma volta da estatal ao setor petroquímico, já sinalizada antes pela compra, juntamente com a Braskem, de ativos petroquímicos da Ipiranga. Depois, cita a

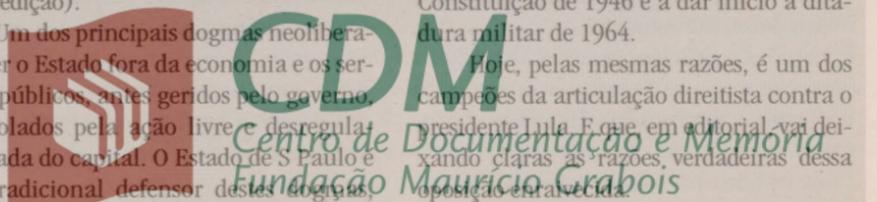
portaria Ministério de Minas e Energia segundo a qual construtores e fornecedores poderão ter no máximo 20% do capital da sociedade concessionária da Usina Santo Antônio, a primeira hidrelétrica a ser construída no Rio Madeira; lembra ainda que desde 2003 a Eletrobrás compra participação em projetos hidrelétricos leiloados pelo governo, "e essa tendência parece agora intensificar-se", diz o jornal paulista. No caso das telecomunicações, vê como reestatizante a proposta de criação de uma grande ope-

radora nacional através da fusão de duas empresas, apresentada defendida pelo Ministério das Comunicações. Finalmente, arrola nesta lista de sinais a luta para mudar a lei das agências reguladoras (ver matéria nesta edição).

Um dos principais dogmas neoliberais quer o Estado fora da economia e os serviços públicos, antes geridos pelo governo, controlados pela ação livre e desregulamentada do capital. O Estado de S. Paulo é um tradicional defensor destes dogmas,

pregando um capitalismo livre de peias e guiado apenas pela busca irrefreada do lucro. Este já foi o mote de campanhas históricas em que aquele jornal se envolveu — e a conspiração contra o governo constitucional de João Goulart, em 1962/1964, talvez tenha sido a maior delas. Em nome desse liberalismo sem freios, os liberais da marginal do Tietê ajudaram a rasgar a Constituição de 1946 e a dar início à ditadura militar de 1964.

Hoje, pelas mesmas razões, é um dos campeões da articulação direitista contra o presidente Lula. E que, em editorial, vai deixando claras as razões verdadeiras dessa oposição entrincheirada.



## AGÊNCIAS REGULADORAS

# Ferramentas da privatização

*FHC implantou esse modelo para privatizar o Estado. A queda do avião da TAM colocou agências na berlinda e reacendeu o debate sobre a necessidade de mudança*

JOSÉ CARLOS RUY \*

O questionado desempenho da Anac — Agência Nacional da Aviação Civil — no acidente com o Airbus 320 da TAM recolocou em pauta o debate sobre as agências reguladoras, seu modelo de funcionamento e seu papel de intermediação entre empresas concessionárias de serviços públicos, o governo e a sociedade.

O debate existe desde a criação das agências, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Ele ganhou volume com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, mas andava em segundo plano. Agora, com as fortes evidências de subordinação da Anac às companhias aéreas, as agências estão na berlinda, num ambiente de grande chance para mudar seu papel e transformá-las em instrumento de políticas públicas definidas pelo governo, e não dos interesses privados das empresas.

O debate promete ser intenso. Em editorial, em 30 de julho, o jornal *O Estado de S. Paulo* — um sólido e tradicional defensor das privatizações e das garantias para o capital — diz que a votação da Lei Geral das Agências Reguladoras (PL 3337/04), prevista para agosto, será a “principal batalha política” a ser travada na Câmara dos Deputados.

## As empresas no comando

As agências reguladoras foram introduzidas no cenário brasileiro por FHC como parte do programa de privatização. Elas tiveram papel central na desmontagem do Estado e na transferência da fiscalização da ação das empresas para agentes que, embora formalmente ligados ao governo, fossem verdadeiros representantes dos capitalistas e das próprias empresas, criando aquilo que os neoliberais chamam de “ambiente favorável aos investimentos”. Isto é, foram instrumento para a privatização do Estado, tendo sido seguidamente denunciadas como devotas servidoras das grandes empresas privadas que elas deviam fiscalizar e

disciplinar, como já disse o jornalista Mauro Santayana. É como chamar a raposa para cuidar do galinheiro.

Hoje, são dez agências reguladoras apenas no âmbito do governo federal. Nove foram criadas sob FHC, entre 1997 e 2002: Anatel (telecomunicação), Aneel (energia elétrica), ANP (petróleo), Anvisa (segurança sanitária), ANS (Saúde complementar), ANA (água), Ancine (Cinema e audiovisual), ANTT (Transportes terrestres) e Antaq (transportes aquaviários). E uma durante o governo Lula: a Anac (aviação civil).

## Ameaça à democracia

As agências são um exemplo do caráter antidemocrático da reforma do Estado feita por FHC, havendo mesmo quem considere que elas conflitam com a Constituição Federal.

Há dois problemas graves, do ponto de vista democrático. Um deles, resumido pelo jornalista Mauro Santayana, é o atentado contra a tradicional divisão de poderes: “elas são legisladoras, no momento em que instituem normas e regras; são executivas, quando fiscalizam o seu cumprimento; e são judiciárias, ao aplicar punições. O Congresso não pode delegar a ninguém o poder de legislar, e as normas dessas agências, decididas em cada caso, não se amarram a qualquer dispositivo legal”, a não ser o de sua própria formação, acusa ele.

Na prática, há falta de controle democrático sobre as agências. Numa democracia, todos os mandatários são eleitos e prestam contas aos eleitores e ao povo. A plena autonomia dos dirigentes das agências afronta esta regra: eles não são eleitos, não prestam contas a ninguém e não podem ser demitidos.

Um outro aspecto da defesa do modelo vigente de agências reguladoras deixa claro o pequeno apreço à democracia representativa por setores conservadores. Eles apontam o que consideram como uma contradição entre a democracia e as complexidades da vida

moderna. Muitas tarefas de governo, pensam, devem ser deixadas a especialistas, por serem incompreensíveis para as pessoas comuns. E os políticos seriam ineficientes justamente porque, precisando de votos, devem prestar contas ao povo sobre sua ação e, nesta condição, tomam decisões que contrariam os critérios técnicos.

Este argumento conservador usa palavras sonoras para esconder os interesses de classe da burguesia e demais classes proprietárias: expressões como *complexidade da vida moderna* ou *critérios técnicos* referem-se, na verdade, à administração do capital e à criação de condições favoráveis ao lucro privado, coisas que não podem ser ditas abertamente...

No outro lado da trincheira, o vice-presidente José Alencar foi incisivo ao defender critérios políticos e não técnicos. “A técnica deve assessorar; senão, por que democracia? Senão, pegaríamos um monte de técnicos para tratar do país”, disse (portal vermelho.org.br, 30 de julho de 2007). E ressaltou a ameaça à democracia que o modelo atual de agências representa. “Vivemos um regime democrático”, disse, “e somos levados ao poder pela eleição”. Por isso ele defende a revisão do mandato fixo para seus diretores. “Somos eleitos e esse povo manda mais que a gente. Isso tem que ser visto. Porque, do contrário, nós estaremos negando tudo aquilo que significa a força do regime democrático”, que — diz ele — “prima pela eleição através do voto”.

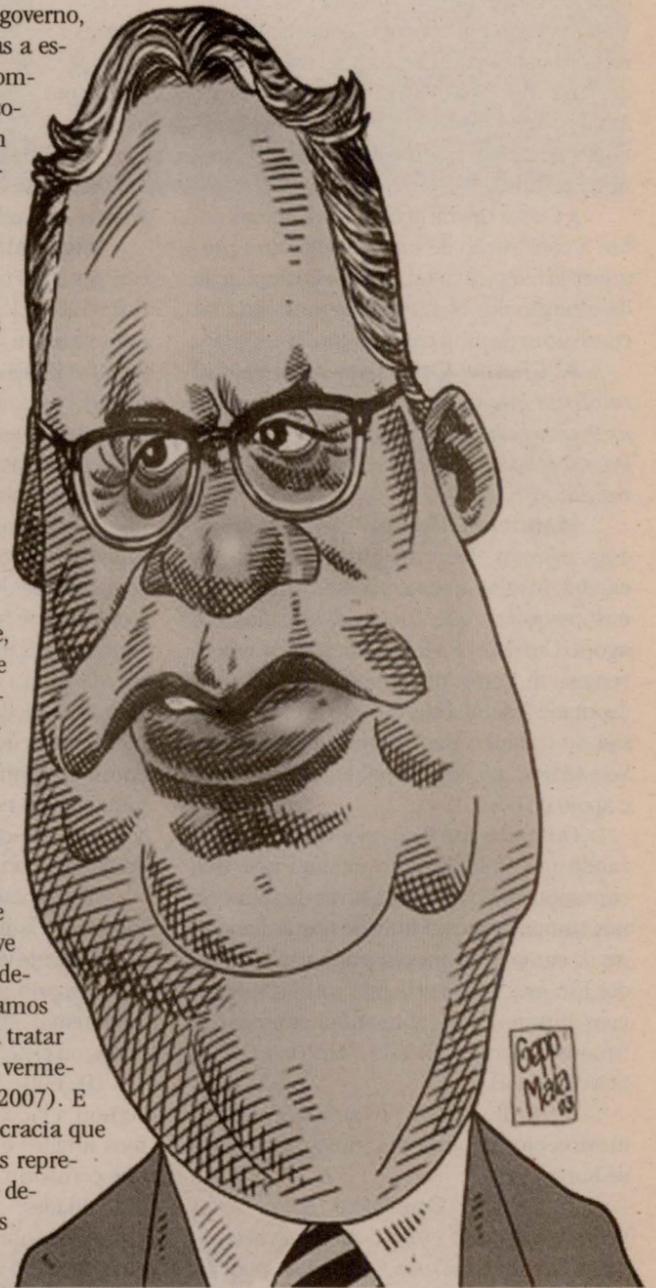
## Na origem, elas defendiam o público contra a ganância do capital

As agências surgiram nos EUA para regular a ação das empresas e defender o público e os consumidores contra a busca desenfreada pelo lucro. A primeira delas foi a *Interstate Commerce Commission* (Comissão Interestadual de Comércio), criada em 1877 para impedir a cobrança de tarifas extorsivas pelas ferrovias privadas.

Surgiram outras dentro desse impulso para regular a ação do capital, no espírito das leis antitruste e de regulação do comércio interestadual (*Interstate Commerce Act*, de 1887, e o *Sherman Antitrust Act*, de 1890).

Tratava-se de criar mecanismos de regulação, ausentes no estado liberal. Seu caráter independente estava expresso na autonomia que tinha perante a presidência da República e também perante as empresas, sendo subordinada diretamente ao Poder Legislativo.

Na década de 1930, durante a administração de Franklin D. Roosevelt, elas passaram a ser instrumentos do go-



FHC privatizou o estado e trouxe as agências reguladoras

verno federal para a aplicação de programas desenvolvimentistas e industrialistas, e se disseminaram para outros setores. Na década de 1960 apareceram as agências de regulação social; foi um período em que o poder legislativo recuperou a preponderância no processo regulatório que, nas décadas anteriores, havia sido assumida pelo poder executivo. Na década de 1980, já sob o predomínio neoliberal e a hostilidade contra a regulamentação pública das atividades empresariais, o governo Reagan dificultou seu funcionamento, principalmente reduzindo os recursos à sua disposição. Aos poucos elas deixaram de ser comissões independentes, sendo transformadas em agências do executivo, novamente sob controle do presidente e com pouca autonomia frente ao governo, agora sob o modelo neoliberal.

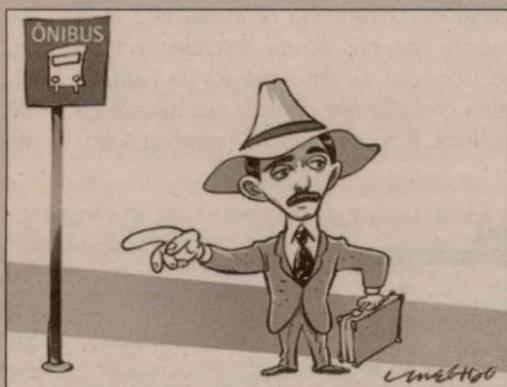
As agências mudaram de caráter desde então, e foi sob a forma de instrumentos do capital que elas se difundiram nos anos 80 pela Europa, América Latina — e no Brasil. Elas podem autorizar reajustes de tarifas, aplicar penalidades às empresas sujeitas a sua fiscalização e baixar regulamentos para manter o bom funcionamento do setor que regulam. É a visão que presidiu sua criação durante o governo tucano de FHC, como reconhece Jerson Kelman, diretor geral da Aneel, ao dizer que as agências foram criadas “para o investimento privado”.

(Continua)

## A ANAC não fiscaliza quase nada

A queda do Airbus 320, da TAM, no dia 17 de julho de 2007, em São Paulo, deixando 199 mortos, foi o estopim da crise que envolve as agências justamente porque escancarou a subordinação da Anac, agência encarregada de fiscalizar o funcionamento das empresas de aviação, aos interesses das companhias aéreas. Foi ela, por exemplo, quem pressionou, atendendo às empresas, pela liberação antecipada da pista do aeroporto de Congonhas, mesmo com a reforma incompleta. Ela aceitou também a malha aérea definida pelas empresas, cujo centro era justamente Congonhas, aumentando o tráfego naquele aeroporto, e também o lucro das empresas, que tiravam dali cerca de um terço de seu faturamento.

Mas a deficiência da fiscalização ficou clara com a revelação de que, mesmo com toda a crise aérea (iniciada em setembro de 2006), a Anac praticamente não aplicou multas às empresas aéreas.



Foram apenas 275 punições contra as companhias, desde então, e nem todas efetivadas: as empresas só pagaram 85 multas (30% do total). E o valor foi quase simbólico: 90 mil reais (valor de 39 passagens de ida e volta entre Brasília e Recife). “Essa quantia mínima deixa evidente que as empresas aéreas fazem o que querem e estão trabalhando totalmente desreguladas, já que a Anac não está cumprindo o seu papel”, disse a economista Lucia Helena Salgado, do Ipea.

(Continuação)

A eleição do presidente Lula em 2002 criou uma grande expectativa sobre o destino das agências reguladoras; o PT, o PCdoB e a esquerda eram críticos tradicionais delas e, logo no início do primeiro mandato, em 2003, o presidente declarou que "o Brasil havia sido terceirizado".

A força dos interesses empresariais nestas instituições privatizantes era visível. No começo de 2003 o próprio presidente Lula queixou-se por saber pela imprensa do aumento do preço dos combustíveis, autorizado pela ANP, que estava sob comando de uma diretoria indicada por FHC. Na mesma ocasião o ministro Miro Teixeira, das Comunicações, tentou sem êxito impedir o reajuste das tarifas de telefonia pelo IGP-DI.

O debate no novo governo foi pautado pelo documento "Análise e Avaliação do Papel das Agências Regulatórias" (FSP, 8 de setembro de 2003), que definiu as agências como "instrumentos de controle social" e ressaltou que a responsabilidade pela formulação de políticas públicas "é do go-

verno". E, contrariando o dogma neoliberal, dizia que seu papel "é implementar as políticas de governo e fiscalizar o funcionamento do mercado".

O projeto de lei 3337/04 resultou desse debate, sendo apresentado ao Congresso Nacional em abril de 2004; sua justificativa diz que "uma das principais distorções do papel das agências foi o exercício por elas de competências de governo, como a absorção da atividade de formulação de políticas públicas e do poder de outorgar e conceder serviços públicos" - caracterizando a privatização do Estado promovida pelos neoliberais.

Haroldo Lima, diretor-geral da ANP, concorda com a necessidade de mudanças e sugere um aperfeiçoamento: que a demissão dos diretores, prevista na nova lei, seja pedida pelo presidente da República e aprovada

pelo Congresso Nacional. "Acho que é possível fazer avanços significativos, mas é preciso dar estabilidade aos diretores", disse.

Hoje, há sinais de que a situação pode mudar, como o jornal *O Estado de S. Paulo* registrou alarmado num editorial em 5 de maio de 2007 dizendo que o presidente Lula "parece estar vencendo a guerra sempre intensa, ainda que nunca declarada, que moveu contra (as agências)".

A Câmara dos Deputados prepara-se para retomar, em agosto, a tramitação do PL 3337/04, com algumas mudanças introduzidas pelo relator, o deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ), demarcando as atribuições das agências e do governo. "As agências devem regular os setores pelos quais são responsáveis, fiscalizar o cumprimento dos contratos e atender consumidores e concessionárias", diz ele. "Ao go-

verno, que é eleito pelo povo, cabe a responsabilidade de formular as políticas públicas, tomar decisões e definir as diretrizes para os setores regulados".

No campo da oposição neoliberal a resistência é grande. O deputado Julio Semeghini (PSDB/SP), presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, acusou o texto de "confuso" e de não garantir a autonomia das agências. E o deputado Ricardo Barros (PP-PR) quer manter o modelo atual porque ele significa uma garantia para os investidores capitalistas.

Mas os sinais de que as mudanças podem ser aprovadas na Câmara dos Deputados são fortes. O desastre com o Airbus da TAM expôs a subordinação da maioria das agências aos interesses empresariais, criando um ambiente mais favorável para seu debate entre os parlamentares. É neste contexto que a Câmara dos Deputados anuncia a retomada do PL 3337/04.

\* Com agências.

**O desastre com o avião da TAM mostrou a fragilidade da Anac e do modelo regulatório baseado nas agências**

**"CANSEI"**

O movimento direitista "Cansei", que saiu às ruas em 4 de agosto, tem uma semelhança e algumas diferenças com a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, que preparou um clima de apoio "popular" aos golpe que, em 1º de abril de 1964, depôs o governo constitucional do presidente João Goulart e deu início à ditadura militar.

A semelhança está nos organizadores e nos participantes: os mesmos setores que, com argúcia, o ex-governador paulista Cláudio Lembo (DEM, ex-PFL), caracterizou como "elite branca".

Em 1964, por trás de tudo estava o famigerado IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), que articulou e financiou a conspiração com dinheiro de grandes empresários brasileiros e estrangeiros e da embaixada dos EUA. Tinha, na articulação, gente influente. Só para citar alguns: o escritor direitista Gustavo Corção, empresários como G. B. Weinschenk (tesoureiro da Cia Docas de Santos), militares como o general Juarez Távora, líderes femininas como Antonieta Pellegrini (presidente do Movimento de Arregimentação Feminina e irmã do dono do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita), deputados federais como Antonio Cunha Bueno (latifundiário e diretor da montadora Willys do Brasil), etc. As reuniões se realizavam na sede da Sociedade Rural Brasileira, com a participação de dirigentes da Associação Comercial, da Fiesp, da Federação das Associações Rurais, do Clube dos Diretores Lojistas.

Mais de quarenta anos depois, este mesmo "alto comando" da classe dominante reaparece tentando criar uma base "popu-

lar" para a oposição direitista ao governo Lula. Lá estão OAB/SP dirigida pela direita, a Fiesp, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (Abert), e também dirigentes do PSDB e do DEM (ex-PFL). O movimento tem à frente personalidades como o próprio João Dória, um milionário direitista descendente de uma família de velhas raposas da UDN, partido que participou do golpe de 1964, e que dirige o Grupo de Líderes Empresariais (Lide), que reúne 406 executivos e donos de empresas com faturamento acima de R\$ 200 milhões que, juntos, controlam cerca de 40% do PIB brasileiro.

Outros são o direitista Luiz D'Urso, presidente da OAB/SP, advogado de bilionários que, em 2006, propôs o impeachment do presidente Lula; Nizan

Guañas, o publicitário do movimento, dono da agência África, que dirigiu as campanhas de FHC e Serra e que teve amplo poder no

reinado de FHC; Marcus Hadade, ex-presidente da Confederação Nacional dos Jovens Empresários; Ronaldo Koloszuk, diretor do Comitê de Jovens Executivos da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp); Paulo Zottolo, presidente da multinacional Philips do Brasil; Sidnei Basile, diretor da Editora Abril, a quem está subordinada o oráculo da direita chamado *Veja*.

A composição de classe do movimento completa a semelhança: mobilizaram principalmente os endinheirados. Em 1964, o embaixador dos EUA, Lincoln Gordon (um dos líderes da conspiração) reconheceu isso em um comunicado para seu governo americano: "A nota destoante foi a evidente limitada participação das classes mais baixas na marcha".

As diferenças, por sua vez, são enormes e dizem respeito ao programa e à capacidade de mobilização. Em 1964, o ideário era ferozmente anticomunista e antidemocrático, a favor do golpe militar. Além do nome - Marcha da Família com Deus pela Liberdade - a cor religiosa era dada também pela teatral participação de Leonor Mendes de Barros, a mulher do governador paulista Ademar de Barros, à frente da marcha com um terço nas mãos.

O movimento atual não exhibe seu programa com a mesma desenvoltura, e se declara "cívico", e "não partidário", apesar de claramente voltado contra Lula. O "Cansei" disfarça sua plataforma; o empresário Paulo Zottolo, da Philips, diz que é um "movimento de indignação" - indignação contra a permanência de Lula na presidência da República... E em defesa dos ricos e dos endinheirados: "não preciso me sentir culpado porque sou rico", afirmou.

A outra diferença está nos números. As *marchadeiras* de 1964 foram centenas de milhares - as estimativas variam de 300 a 500 mil em São Paulo, êxito repetido no Rio de Janeiro e, em menor escala, em cidades como Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Santos.

O "Cansei" não exhibe a mesma exuberância. No dia 4, quis levar gente para a rua em onze estados; conseguiu em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Curitiba, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul. E somente na capital paulista demonstrou uma relativa musculatura, com duas mil a três mil pessoas. Nos demais, ficou em torno de duzentos participantes, com destaque para Brasília, com a participação de 80 "cansados" e Campo Grande (MS), com 10... Realidade que permite a conclusão de que 2007 não é 1964, e de que a luta de classes hoje ocorre em outro contexto. O movimento atual não tem características e de organização do povo e dos trabalhadores (José Carlos Ruy).

**Luta de classe**  
*A burguesia busca uma base "popular" para a oposição conservadora. Longe do sucesso da marchadeiras de 1964*



**BOLETO DE ASSINATURA**

**R\$ 20,00**  
**12 edições**

**JORNAL A Classe Operária**  
Órgão central do Partido Comunista do Brasil - Fundado em 1º/MAIO/1925

**PCdoB**  
Proletários de todos os países, uni-vos!

**FORMAS DE PAGAMENTO**

Cheque nominal

Dinheiro

Vale postal nº. \_\_\_\_\_

Depósito em conta corrente  
Banco do Brasil  
Ag. 2809-6 C/C 7825-5

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Tel. res.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ com.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Data de nasc.: \_\_\_\_\_

Enviar comprovante de pagamento por fax ou e-mail

EMPRESA JORNALÍSTICA A CLASSE OPERÁRIA: End.: Al. Sarutaiá, 185, Jd. Paulista, São Paulo, SP, Brasil - CEP 01403-010  
Tel/Fax.: (11) 3054-1829 - End. eletrônico: www.vermelho.org.br/classe Correio eletrônico: classe@pcdob.org.br

Ed. final nº: \_\_\_\_\_  
Ed. inicial nº: \_\_\_\_\_  
Data de assinatura: \_\_\_\_\_  
Data de início nº: \_\_\_\_\_  
**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

## TRABALHADORES

# O debate sobre a construção de uma central classista

Com a definição de agenda e das próximas ações, Comissão Organizadora começa a construir futura entidade

PRISCILA LOBREGATTE

Foi na sede do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante, no coração do Rio de Janeiro, que mais um passo foi dado em direção à criação de uma central sindical classista, unitária, autônoma e democrática. A reunião da Comissão Organizadora do Movimento Pró-Central Classista, no dia 8, contou com lideranças da Corrente Sindical Classista e de sindicatos e federações independentes, além de forças como o Sindicalismo Socialista Brasileiro (SSB), ligado ao PSB. A Comissão é resultado de reunião ocorrida recentemente em Minas Gerais.

Entre os pontos de pauta da reunião estavam a realização de um seminário, o calendário das próximas atividades, o lançamento do manifesto de criação da central e o relato dos dirigentes sindicais presentes sobre a conjuntura local e as perspectivas para a criação da entidade. "Nosso foco principal foi debater maneiras de fortalecer o movimento por uma central classista e democrática", disse João Batista Lemos, coordenador nacional de CSC (veja entrevista na página 7).

O seminário, marcado para os dias 23 a 25 de agosto, em Brasília, buscará construir um pensamento político sobre as concepções e posições políticas que a central classista irá assumir. "Escolhemos, para isso, dois temas fundamentais. O primeiro, o projeto de nação e o outro, a questão da organização sindical", explicou Batista. Por isso, dois documentos preliminares intitulados "Desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho" e "Um sindicalismo classista para um novo tempo" foram debatidos na reunião do Rio de Janeiro, e a versão final de cada texto deverá ser apresentada durante o seminário.

Ficou acertado também que setembro e outubro serão os meses de lançamento do movimento pró-central classista nos estados, o que deverá acontecer por meio de plenárias unitárias. Depois, será convocada uma plenária unitária com outras forças políticas para a convocação do congresso de fundação, que a princípio está marcado para meados de dezembro.

## Manifesto Pró-Central

"O povo trabalhador, da cidade e do campo, anseia por mudanças e tem mani-



No Rio de Janeiro, os líderes discutiram a futura central

festado este desejo nas urnas. É preciso lutar para valorizar o trabalhador brasileiro; reverter o arrocho dos salários; buscar o pleno emprego; combater a precarização; efetivar a reforma agrária e priorizar a agricultura familiar; garantir o acesso de todos aos direitos trabalhistas e previdenciários, bem como à educação de qualidade, saúde e outros serviços públicos. Não podemos aceitar direitos a menos, só direitos a mais". Este é um dos trechos do manifesto elaborado pela Comissão Organizadora do Movimento Pró-Central Classista.

Intitulado "Movimento por uma Central Sindical Classista e Democrática", o manifesto apresenta os princípios básicos da nova entidade para lideranças sindicais em todo país. A idéia é fazer um abaixo-assinado em apoio às propostas apresentadas no texto. O documento lista os oito desafios principais que a central classista pretende enfrentar. Resumidamente, propõe a necessidade de envolver os trabalhadores na luta por mudanças no país; o desenvolvimento de um sindicalismo democrático e classista; a defesa intransigente da unicidade dos sindicatos urbanos e rurais; a defesa da liberdade sindical e a autonomia da central sindical em relação ao capital, aos governos e partidos políticos; a inserção nas bases; a garantia e a ampliação da segurança e saúde no trabalho; a garantia do desenvolvimento do espaço rural, mudando o modelo de produção

agrícola e a implementação de um sindicalismo classista forjado na luta contra a exploração do capitalismo e a opressão imperialista.

## Adesões

Em diversos estados, o documento já está sendo apresentado. "Temos em Minas Gerais 36 sindicalistas que já autorizaram a assinatura do manifesto. Nossa proposta é atingir no mínimo 100 nomes, fora os trabalhadores rurais", comentou Celina Alves Areias, diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) em Minas Gerais e da executiva da CUT.

Celina relatou ainda que durante o 6º Congresso da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, que reuniu cerca de 300 delegados de 15 entidades de professores e auxiliares, a questão da organização sindical foi um dos pontos de debate. "Por unanimidade, foi aprovado que a FITEE deve atuar dentro desse movimento no sentido da criação de uma central sindical classista e democrática", ressaltou.

Já o baiano David Souza, secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), estima que entre 150 e 170 líderes sindicais da Bahia, representantes de suas entidades, poderão aderir à nova proposta. "Em todo estado, acredito que o número de adesões deve

passar de 200. Acho que a Bahia entrará com o maior número de sindicatos na nova central classista", calculou.

## Momento propício

A iniciativa de criação de uma central classista vem em boa hora, pensa Souza. "Avaliamos que parte da CUT não tem tido uma posição clara e definida sobre a organização sindical e tem, historicamente, apoiado o divisionismo. E nós, ao contrário, defendemos a unicidade sindical. Isso tem arranhado a relação institucional entre CUT e Contag".

David conhece bem as dificuldades que setores, como a CSC, enfrentaram dentro da CUT. A Central atraiu a Contag para a entidade. Depois, alimentou, ali dentro, a divisão no movimento dos trabalhadores do campo, atingindo a base da própria Contag ao criar a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

No caso da CUT Bahia, Souza lembrou que "o pessoal da Fetraf teve amplo apoio da CUT nacional para se contrapor à direção que estava à frente da entidade há dois mandatos atuava, de forma democrática, participativa e respeitando as diferenças ideológicas", explicou.

Mesmo assim, setores da CUT nacional fizeram um grande esforço para que prevalecesse a proposta da Articulação Sindical na Bahia. "E esse pessoal da Articulação defende, majoritariamente, o paralelismo do movimento sindical através da Fetraf. A CUT excedeu e atropelou todo o processo. Além disso, há indícios de fraude, da criação de delegados inexistentes e coisas dessa natureza que só enfraquecem a luta sindical".

É a crítica a este tipo de hegemonismo que anima sindicalistas como David Souza ao engajamento na construção de uma central classista, decisão que encara como favorável ao sindicalismo nacional. "Haveria prejuízo se tivéssemos optado por criar uma central nos mesmos moldes da CUT, exclusivista, ligada a apenas um partido político. Mas não. Estamos construindo uma central com base na diversidade de idéias e de pensamentos políticos, mas que unifica em torno de um só objetivo, que é luta da classe trabalhadora. Essa alternativa certamente será positiva para os trabalhadores do Brasil".

## Central classista deve resgatar projeto socialista

A opinião é de Adilton de Paula, dirigente da Fetiesc, federação que reúne 160 mil trabalhadores em SC

Adilton de Paula é filiado ao PT e foi um dos que contribuiu para a criação da Central Única dos Trabalhadores. Vinte e quatro anos depois, o coordenador do Centro de Educação Sindical da Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fetiesc) reconhece o papel da Central, mas coloca em xeque posições que acabaram por enfraquecer as estruturas da maior entidade sindical do país. "Creio que entre os fatores para essa mudança de postura da CUT estão a perda do engajamento na luta sindical e de uma relação permanente com a base e a falta de uma visão mais profunda da necessidade de transformação", lamentou.

Para ele, há lideranças dentro da Central que se acomodaram com vitórias pontuais. "Muitos deles resolveram seus problemas, fizeram sua revolução dentro do escri-

tório, sem ver o que os trabalhadores viviam. E com isso, foram se distanciando das bases", criticou. Adilton diz que a própria central, aos poucos, "foi sendo cooptada pela idéia da domesticação do capitalismo", deixando de lado a "perspectiva classista e revolucionária de uma transformação mais radical das estruturas da sociedade".

## Novos ares

Hoje, o dirigente sindical está animado com a possibilidade de uma nova central, de caráter classista. "Vejo de maneira muito positiva a idéia de formação de uma entidade sindical que resgate alguns princípios básicos, como a solidariedade de classe, a unidade dos trabalhadores e a relação campo e cidade".

Adilton ressalta ainda a necessidade de se investir também na luta contra discrimi-

nações de cor, idade ou gênero. No caso da inserção das mulheres em igualdade no mercado de trabalho, Adilton lembrou que a Fetiesc já vem trabalhando pelo fim da discriminação. "Temos enfatizado o fortalecimento das mulheres dentro da federação, que são a maioria em setores como o têxtil. Mas fazemos isso principalmente por sabermos que não é

possível ter desenvolvimento sem a inserção efetiva das mulheres nas lutas política e sindical e na sociedade brasileira".

Segundo Adilton, a Fetiesc está entre as principais federações de Santa Catarina e representa cerca de 160 mil trabalhadores na base. "Tanto pelo volume quanto pela representatividade de setores importantes do esta-



Adilton de Paula

do, a Fetiesc tem peso", disse, explicando que a intenção de se criar uma central classista vai ao encontro das aspirações da federação. Por isso, espera poder atrair para a nova organização os 27 sindicatos que compõem a federação.

Na avaliação do dirigente catarinense, no âmbito estratégico, a nova central classista deve ter em mente a luta pela

superação do neoliberalismo. "Não é o acaso que está acabando com o mundo, mas o modo de produção capitalista, que para se desenvolver precisa destruir sociedades, culturas e meio ambiente para o bem-estar de um grupo capitalista importante que essa nova entidade resgate o projeto socialista". (PL)

## TRABALHADORES

# Por uma central democrática, unitária e autônoma

PRISCILA LOBREGATTE ENTREVISTA JOÃO BATISTA LEMOS

O Secretário Sindical do PCdoB, saiu confiante da reunião de 8 de agosto, no Rio de Janeiro, com a participação de lideranças independentes e da Corrente Sindical Classista. Para ele, o objetivo não é apenas a formação de uma nova central, mas "buscar uma unidade mais ampla do movimento sindical".

**A Classe Operária:** *Que avaliação você faz do atual cenário nacional em que se forma essa nova central sindical, encabeçada pela CSC?*

**João Batista Lemos:** O avanço das forças progressistas na América Latina e a reeleição de Lula no Brasil criaram melhores condições de luta para os trabalhadores por um projeto de nação com soberania, avanço da democracia, valorização do trabalho e sustentabilidade ambiental.

Existe um espaço político para uma central de caráter classista, plural e unitária, que venha a ser um instrumento da retomada do papel protagonista da classe trabalhadora no processo de transformação social rumo ao socialismo.

Tomamos a consciência de que a unidade dos trabalhadores, na atual configuração sindical brasileira, não passa somente por uma central sindical, mas está colocado em um novo patamar. Por isso, nosso projeto não se limita apenas à formação de uma central classista. Defendemos a realização de uma nova Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras) para estabelecer uma mesa permanente das centrais em torno de uma plataforma de defesa dos interesses comuns dos trabalhadores. Somente assim os trabalhadores poderão ter mais forças para influenciar nos rumos políticos em nosso país. A central classista é um dos vértices desse projeto.

**A Classe Operária:** *Quando a CUT foi criada, ela era uma entidade atuante e representativa. Hoje, está mais afastada das bases, e a força hegemônica (a Articulação, do PT) dificulta a participação de outras correntes dentro da Central, como a CSC. Que mecanismos podem evitar esses erros?*

**João Batista Lemos:** A CUT não se adequou à nova situação política. A partir da eleição de Lula em 2002, ela poderia ter se aberto mais para reunir mais força entre os trabalhadores. Mas acabou se fechando numa concepção equivocada e hegemônica de um núcleo da força majoritária. Dentre as lições que a gente tira desse processo, primeiramente, está a de que devemos desenvolver uma concepção política unitária, sem hegemonismos. Outro fator é o aprofundamento da democracia interna, com uma metodologia que garanta às forças minoritárias posições de decisão na organização. Por isso propomos a proporcionalidade qualificada para a direção da central. Trata-se de um mecanismo para garantir que uma chapa minoritária possa compor a direção da central, de acordo com proporcionalidades estabelecidas.

**A Classe Operária:** *Há pouco tempo o José Dirceu acusou a iniciativa da nova central de dividir os trabalhadores...*

**João Batista Lemos:** Essas questões demonstram sua concepção hegemônica, que acredita que somente uma força política pode ser protagonista e se apresentar como uma central com um projeto. Defendemos que o protagonismo tem que ser da classe dos trabalhadores e não só de uma força política. Por isso, a nossa proposta de central classista está sob a ótica da unidade e não da divisão. Por mais forte que seja a



Batista: "nossa proposta de central classista está sob a ótica da unidade"

CUT, ela não representa o conjunto dos trabalhadores, mas uma parte deles. Por isso a necessidade de se construir a unidade na ação do conjunto do movimento sindical. Mesmo assim, quase a metade da classe dos trabalhadores no Brasil está no mercado informal, e não é representada pelos sindicatos. Daí a necessidade do movimento sindical interagir também com o conjunto dos movimentos sociais. Defendemos que a central classista deve interagir de forma amistosa com o conjunto das centrais sindicais, especialmente a CUT, onde construímos, ao longo desses anos, companheirismo.

**A Classe Operária:** *A CSC acaba ou continua sendo uma corrente dentro da nova central?*

**João Batista Lemos:** Este é um debate que vamos ter de desenvolver dentro da CSC, somente depois da fundação da central classista. Penso que a central deve sair da lógica de correntes. A representação deve ter como centro de gravidade os sindicatos, não as correntes. São os sindicatos, hoje, que travam uma espécie de guerra de guerrilha contra o capital, nas campanhas salariais e no dia-a-dia. A organização mais geral tem de unir politicamente os trabalhadores para influenciar no rumo político do país em defesa dos interesses das classes trabalhadoras. Os sindicatos fazem as lutas mais imediatas e cotidianas. As federações e confederações, nos níveis estadual e nacional, fazem a luta por ramo ou setor de atividade. E a central sindical é que vai unificar o conjunto destas lutas. Mas só uma central não unifica o conjunto. Daí a necessidade do fórum das centrais.

**A Classe Operária:** *Que repercussões a iniciativa de sair da CUT têm despertado dentro da Central?*

**João Batista Lemos:** A CUT está bastante dividida. Há setores que têm um tratamento mais político. Outros, não. Estamos tratando essa questão politicamente até porque estudamos a possibilidade de permanecer em algumas estruturas da CUT. Não pensamos em construir estruturas paralelas ou superficiais a confederações e federações representativas. Mas, para isso, teremos de construir regras de convivência democrática, acordadas ou estatutárias.

**A Classe Operária:** *Há negociações hoje com a SSB, corrente sindical ligada ao PSB, para a formação de uma central classista. Por outro lado, o PDT está engajado em outras centrais. Que tipo de influência a questão sindical poderia ter no Bloco de Esquerda?*

**João Batista Lemos:** Há uma base política semelhante, de sustentação ao governo Lula, envolvendo tais partidos e também organizações independentes. Claro que a central deverá ter autonomia diante do governo para impulsioná-lo para as mudanças, para defender os interesses dos trabalhadores. O governo Lula deu vários avanços, mas tem contradições. O nível de desemprego nas regiões metropolitanas ainda é muito grande, os salários, embora tenha havido alguma recuperação, estão muito rebaixados e ainda temos 47% dos trabalhadores sem carteira assinada e com seus direitos sociais ameaçados. O país precisa crescer no mínimo 5% ao ano. Temos também de enfrentar o problema no campo. A reforma agrária não foi realiza-

da efetivamente. O Bloco de Esquerda, em seu programa, defende essas propostas. Por isso, devemos apoiá-lo. Defendemos a autonomia não só em relação ao governo, mas também aos partidos políticos e aos patrões, compreendendo que esta não se confunde com neutralidade na luta política.

**A Classe Operária:** *Em que momento surgiu a idéia da nova central?*

**João Batista Lemos:** A proposta é resultado de um processo. No 9º Congresso, levantamos a bandeira de maior independência da CSC dentro da Central. Lançamos uma chapa por uma CUT democrática, autônoma e de lutas. O processo começou na medida em que o setor da Articulação, através de manipulações, tirou a CUT da Bahia da CSC. Foi um golpe forte porque dirigimos a maioria das entidades daquele estado. Mas a força majoritária compôs todos os espaços de poder da Central. Outro golpe foi a eleição fraudada no Rio de Janeiro, no Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia e no Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente. Ganhamos as eleições, mas não levamos por fraude praticada por setores da Articulação. A questão está na Justiça. Isso tornou, nossa convivência muito difícil dentro da Central.

**A Classe Operária:** *Os problemas internos dentro da CUT ocorrem há algum tempo. Por que só agora saiu essa decisão de deixar a Central e fundar outra?*

**João Batista Lemos:** Há três razões. A primeira é a nova realidade política no país e na América Latina, que permite o avanço de um sindicalismo de classes, de enfrentamento com o capital e em defesa dos interesses de toda a classe. Segundo, há uma recomposição do movimento sindical. A unidade se coloca em novo patamar, e por isso defendemos essa coordenação das centrais. E terceiro, porque a Corrente se transformou num pólo, acumulou forças e teve de lidar com o hegemonismo dentro da Central. A Corrente tem condições de ter interlocuções com os trabalhadores, governo e sociedade. Cresceu. Por isso, dada a atual realidade, conquistamos as condições de construir uma nova alternativa sindical.

**A Classe Operária:** *Em poucas palavras, qual será a característica principal de nova central?*

**João Batista Lemos:** A nova central deve primar pela democracia interna, mantendo o caráter plural e representativo, com mecanismos que permitam a atuação das várias forças. Outra característica fundamental é a autonomia. A organização de massas deve ser independente do capital, de governos e dos partidos. A autonomia é importante até mesmo porque é um termômetro que mostra se os trabalhadores estão ou não satisfeitos com o atual governo. Deve também privilegiar a unidade, que não é simples porque hoje temos um proletariado bastante heterogêneo. Portanto, a formação de uma consciência social é mais complexa. A nossa classe passa por uma crise de identidade. Daí a necessidade de se construir a unidade na luta em torno de uma plataforma comum. Nosso projeto de unidade, como falei, não passa somente pela formação de uma central classista, mas pela coalizão das centrais sindicais. Outro ponto é desenvolver a educação de classes na luta dos trabalhadores para que possam protagonizar a luta pela transformação do Brasil rumo ao socialismo.

## TRABALHADORES

# O movimento sindical vai bem, obrigado

*Na contramão dos problemas do sindicalismo internacional, o movimento brasileiro está em ascensão. No entanto, enfrenta problemas estruturais*

PRISCILA LOBREGATTE ENTREVISTA JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO

O índice de sindicalização no Brasil vem crescendo, depois de recuar nos anos 90. E com ele, aumentam as formas de pressão dos trabalhadores sobre o empresariado por melhores condições de trabalho e renda. Hoje, o patamar de sindicalização está em 18%, como no final dos anos 80. Na década de 90, quando as reformas liberalizantes deram o tom da economia nacional, o percentual havia chegado a 16% em 1999.

Confiante no sindicalismo nacional, o consultor João Guilherme Vargas Netto diz que o “movimento sindical no Brasil vai bem, obrigado”. Porém, salienta que enfrenta dificuldades de mobilização impostas pela própria realidade. “Estamos atravessando uma conjuntura positiva e vantajosa para os trabalhadores, porém com uma característica desmobilizante”. A seguir, os principais trechos de entrevista que João Guilherme concedeu para A Classe Operária.

**Conjuntura favorável** - Em se tratando de movimento sindical dos trabalhadores na contemporaneidade, temos de estar atentos a qualquer signo positivo porque o quadro é de extrema dificuldade. E levando-se em conta essa observação, aqui no Brasil, estamos atravessando uma conjuntura favorável para o movimento. Primeiro, porque houve ganhos reais. Segundo, porque há unidade de ação. E terceiro, porque há mobilizações. Então, nessa conjuntura favorável se dá num quadro em que, de uma maneira até surpreendente, o movimento sindical no Brasil vai bem, obrigado. E há indicações disso. Por exemplo, as filiações. Se formos olhar, mais do que estarem estáveis ao longo dos anos, a taxa de sindicalização se elevou, numa faixa em torno de 18%. Praticamente todos os setores formais economicamente relevantes têm sido cobertos pela representação sindical.

**Desequilíbrio entre movimento e instituição** - Temos hoje uma realidade conjuntural bem favorável, o que não quer dizer que o movimento ande equilibrado entre os seus aspectos de movimento propriamente dito e de instituição. O movimento sindical brasileiro é bastante institucional e deixa a desejar na comparação em termos de movimento. Ou seja, você tem um movimento que se apóia nos temas institucionais — desde a constituição até os costumes negociais —, mas que tem desenvolvido pouco a gramática da mobilização. Porém, neste as-

O Ministério do Trabalho e Emprego lista, em sua página 19 centrais sindicais no país. São elas: Associação Coordenação Nacional de Lutas do Estado de Minas Gerais; Associação Estadual de Sindicatos Social-Democratas de São Paulo; Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT); Central Nacional Democrática Sindical; Central Nacional dos Motociclistas (CNM); Central Nacional dos Trabalhadores (CNT); Central Sindical dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários; Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT); Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Força Sindical (FS); Intersindical da Orla Portuária do Espírito Santo; Nova Central Sindical de Trabalhadores; Pólo Sindical da Região de Livramento; Social Democracia Sindical (SDS); União Nacional Sindical – Unidade do Estado de Minas Gerais; União Sindical Brasileira (USB) e União Sindical Independente.

Deste total, três se uniram, recentemente, para formar a União Geral dos Trabalhadores. Ao todo, constante na relação de centrais com solicitação concluída e validada pelo MTE, há 3.141 entidades sindicais filiadas a estas centrais. Apresentamos, a seguir, a representatividade das cinco principais centrais.

## AS PRINCIPAIS CENTRAIS SINDICAIS DO PAÍS

\* Fonte: Sistema Integrado de Relações do Trabalho (SIRT) Distribuição dos Sindicatos por Central Sindical (com Solicitação Concluída e Validada) – Ministério do Trabalho e Emprego – atualizado em 14/08/07

\*\* Número obtido pela soma das três principais forças que formam a UGT (CGT, SDS e CAT), com base em informações do MTE. O número oficial ainda não foi fechado pela nova UGT.



pecto, temos visto ultimamente, na conjuntura, diversas mobilizações. Por exemplo: em relação à Emenda 3, usamos claramente o esforço mobilizatório. Os trabalhadores entenderam isso, apoiaram e as instituições sindicais desenvolveram a mobilização.

**Falta de visão de um projeto para o Brasil** - Falta um projeto estratégico? Sim e não. Sim porque uma das características mais marcantes e negativas da atualidade brasileira é a falta de projeto na sociedade em geral. Além do que, o movimento sindical é, estruturalmente, de resistência. Já é pedir demais que o movimento tenha um projeto em geral. Estamos, no Brasil, numa situação avessa a projetos porque nos acostumamos, ao longo dos anos, ao desmanche, ao não crescimento, a não levar em conta as necessidades estratégicas da educação, da formação e da qualificação etc. Esses fatores nos levam a dizer que sim, que o movimento sindical brasi-

leiro não tem projeto estratégico. Porém, levando-se em conta a metodologia da unidade de ação que se calça em bandeiras comuns unitárias, podemos perceber que há algum projeto envolvido. Repare só: em termos de PAC, vinculado a essa idéia de projeto, o movimento sindical tem enfrentado as discussões sobre o programa com muito mais pertinência do que muitos setores empresariais envolvidos diretamente. Isso mostra que o movimento está atento, procurando abrir caminho para um projeto.

**Dificuldades de mobilização** - É um problema da própria realidade, que ficou mais opaca. Hoje, a luta de representação é mais complexa por várias razões. A primeira, e fundamental, pelas agressões que, ao longo do tempo, os trabalhadores sofreram. Isso gerou enormes mutações como, por exemplo, essa maldita dialética de exclusão e inclusão, que é tão forte que suprime a dialética entre explorado e explora-

dor. Hoje, a gente fala em incluído e excluído e estar incluído é vantagem em relação a excluído. Ora, o incluído é incluído no mundo da exploração. Além disso, temos também o mundo das ONGs, das representações que não são sindicais, que fazem parte das complexidades de uma sociedade moderna. Isso cria dificuldades para a representação. Os exploradores colocam obstáculos reais na atuação dos sindicatos. Esse conjunto de fatores faz com que a mobilização se torne realmente mais difícil. Estamos atravessando uma conjuntura positiva e vantajosa para os trabalhadores, porém com uma característica desmobilizante. Na sociedade, a palavra de ordem não é “mobilizem-se” ou “agrupem-se”, mas sim “aproveitem da situação para melhorar a sua condição de vida”. Apesar das dificuldades, que são de caráter estrutural, acredito que o movimento sindical tem cumprido bem as suas tarefas. (PL)

## “Se não ocuparmos esse espaço, outros ocuparão”

*Na opinião do classista Guiomar Vidor, momento é adequado para se pensar uma alternativa sindical*

“No Rio Grande do Sul, pode se dizer que a realidade é um pouco diferente do restante do Brasil”. A constatação sobre as relações sindicais no estado é de Guiomar Vidor, presidente da Federação dos Comerciantes do Rio Grande do Sul. Lá, foi constituído o Fórum das Federações, que reúne tanto as entidades filiadas a centrais sindicais quanto as não filiadas. A experiência garante maior diálogo e consenso na atuação das forças. “É uma experiência bastante interessante. Esse fó-

rum participa, de forma orgânica, de diversas atividades, mais ou menos como uma central sindical, junto com várias forças. Então, temos essa relação ao mesmo tempo de participação e de independência”, explicou, logo após a reunião da Comissão Organizadora do Movimento Pró-Central Classista, dia 8 de agosto.

Na cidade de Caxias do Sul, a Corrente Sindical Classista tem um dos principais sindicatos do estado: o dos Metalúrgicos. “Estamos à frente também dos sindicatos de Tu-

rismo, dos Comerciantes e temos presença e influência em outros sindicatos. O que estamos conseguindo, que considero muito importante, é ampliar a atuação para além da Corrente”, disse. Em outras cidades do interior, como Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e Ijuí, segundo Guiomar, a proposta da nova central tem tido boa aceitação. Em Porto Alegre, há mais dificuldades, mas já tem sido pensadas maneiras de ampliar a atuação na capital e região.

“Hoje existe espaço para a construção

dessa nova alternativa. Se não ocuparmos esse espaço, outros ocuparão. Entendemos, portanto, que o momento é adequado para a criação de uma alternativa classista”, disse Vidor. Para ele, “a Corrente esgotou seu papel dentro da CUT. Do ponto de vista da luta dos trabalhadores, jogará papel muito mais significativo estando em uma central classista porque poderá unir outros setores do movimento sindical que atualmente não se sentem representados pelas atuais centrais sindicais”.

# Preliminar da Olimpíada e do Mundial de Futebol

*O Pan evidenciou o acerto da política esportiva e o muito que ainda podemos avançar inclusive antes da Olimpíada de 2008, diz o ministro Orlando Silva Jr.*

HUMBERTO DE ALENCAR

“O Pan-americano do Rio de Janeiro derrubou os prognósticos pessimistas e constituiu um êxito incontestável. Com ele, o Brasil provou que está apto a abrigar competições esportivas de nível internacional”. As palavras são do Ministério dos Esportes do Brasil, em editorial publicado em seu site no encerramento dos jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, em 29 de julho passado.

Às 19h05 daquele dia, o presidente da Organização Desportiva Pan-americana (Odepa), o mexicano Mario Vásquez Raña, declarou encerrados os Jogos Pan-americanos Rio 2007, pondo fim a uma jornada iniciada em agosto de 2002, quando a Cidade Maravilhosa foi eleita a sede das Olimpíadas das Américas.

“Dirigentes internacionais elogiaram muito o Pan. O sentimento que deixamos é extremamente positivo, mas daqui até a Olimpíada de 2016 há muito trabalho a ser feito”, afirmou o ministro do Esporte, Orlando Silva Jr.

Minutos antes, em um Maracanã festivo e colorido, Raña agradeceu ao Rio por ter celebrado “os melhores Jogos Pan-americanos da história”. Era o reconhecimento final, inquestionável, do êxito de um projeto que contou com a participação decisiva do Ministério do Esporte, já que metade do dinheiro usado para financiar os Jogos saiu dos cofres do governo federal.

Vásquez Raña, na ocasião, foi enfático. “Pelo que vi aqui, o continente americano está pronto para abrigar os Jogos Olímpicos”, disse. “Demonstramos ao mundo que as Américas podem realizar as Olimpíadas de 2016. Nos veremos lá”, concluiu.

## Avanços concretos

Os Jogos Pan-americanos de 2007 trouxeram avanços concretos ao esporte nacional e inscreveram definitivamente o Rio de Janeiro no calendário dos grandes eventos esportivos internacionais.

Até o final de 2008, a cidade abrigará ao menos quatro competições mundiais de grande porte (judô, jogos militares, nado sincronizado e futebol). E sua candidatura a sede dos Jogos Olímpicos de 2016 ganha consistência. “Essa evolução é consequência da ampliação dos investimentos públicos”, avalia o ministro Orlando Silva Jr.

“O Pan evidenciou os acertos da política esportiva adotada e, ao mesmo tempo, o muito que ainda poderemos avançar, inclusive antes da Olimpíada de 2008”, disse Orlando Silva Jr.

Uma das metas estabelecidas é dobrar o número de crianças atendidas pelo programa Segundo Tempo, que oferece esporte fora do horário das aulas. O programa Bolsa-Atleta será ampliado. O Ministério também apóia a realização de um seminário internacional para debater com especialistas os caminhos para tirar o maior proveito social do legado do Pan.



## Melhor desempenho

Fora das arenas, reuniões com ministros de Esporte de Cuba, Haiti, Equador, Venezuela e Canadá geraram convênios de cooperação internacional nas áreas do esporte de alto rendimento e dos programas socioesportivos.

O Pan Rio 2007 foi marcado pelo melhor desempenho do Brasil na história da competição. A terceira colocação no quadro de medalhas obtida pelo Brasil evidencia a evolução do país no esporte de alto rendimento desde os Jogos de Santo Domingo, em 2003. Foram 161 medalhas (54 ouros, 40 pratas e 67 bronzes). Os integrantes da equipe beneficiados pelo Bolsa-Atleta, o programa do Ministério do Esporte que paga salários mensais a esportistas bem posicionados nos rankings mas sem patrocínio pessoal, devem se orgulhar desses números.

Eles ajudaram o País a conquistar 19 destas medalhas, oito delas de ouro, quatro de prata e sete de bronze. O número é extremamente significativo quando se considera que o projeto abriga exclusivamente talentos sem qualquer outra remuneração formal para sustentar suas estruturas de treinamento e de melhoria do rendimento.

## Mundial de futebol

No início de agosto, o presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira, entrou oficialmente com o pedido junto à FIFA para sediar o evento. No início deste ano, a intenção brasileira poderia ser atrapalhada pela candidatura da Colômbia. Os colombianos desejavam também realizar o Mundial mas, em abril, se viram forçados a abandonar mais uma vez a idéia - o país foi candidato a sediar o Mundial de 1986 e desistiu dois anos antes, forçando a FIFA a abrigar o torneio no México. Pesaram na decisão colombiana suas dificuldades para atender às exigências da FIFA, além de enfrentar a força da candidatura do Brasil



Rio de Janeiro

(apoiado pelos demais países da América do Sul), determinante para a desistência colombiana.

O presidente da Suderj, Sérgio Emilião, acredita que a organização do Pan pode ser um ponto a favor do Brasil. Acostumado aos problemas no Maracanã depois dos clássicos entre os quatro grandes clubes do Rio, ele diz que há diferenças em relação a organizar o Pan e um Mundial de futebol.

“A Copa é uma outra experiência. Em jogos de seleção, o público se comporta de maneira diferente” acredita. “Haverá muitos turistas também. O restante, acostumado à rotina dos estádios, se comportará diferente quando se deparar com a organização”.

## Saúde e segurança

Edgar Jabbour, da empresa Deloitte, que organizou o Mundial de 2006, na Alemanha, e orienta a organização da Copa de 2010, na África do Sul, acredita que o Brasil tem condições de ser a sede em 2014.

“Se o México organizou duas, não é possível que o Brasil não possa fazê-lo. Veja que, se tirarmos 2007, já que a escolha é no fim do ano, e 2013, onde haverá a Copa das Confederações e tudo deve estar pronto, são seis anos. Há muito tempo para trabalhar”, diz.

Entre os problemas que Jabbour apontou está a segurança nos estádios: “estar pronto para ter de evacuar um local de jogo, para garantir a segurança de todos desde o hotel até o campo, e depois até o terminal aéreo, o hotel” e um dos aspectos que a FIFA leva em conta. Ela é também extremamente

exigente em relação à saúde. “É preciso que haja hospitais com emergências completas e abrangentes nas proximidades de todos os estádios. Isso para a possibilidade de tragédias, com muitas vítimas, ou de uma única pessoa que se sintam mal. E hoje, nenhum estádio brasileiro se enquadra nessa situação” aponta o empresário.

## Custos elevados

Nos Jogos Pan-americanos de 2007 a responsabilidade pelo orçamento e andamento das obras foi, desde o princípio, dividida entre os governos federal, estadual e a prefeitura do Rio de Janeiro. Mas, no fim, foi o governo federal quem pagou a conta, que passou de 4 bilhões de reais.

Há cerca de um ano o ministro Orlando Silva Jr. já alertava: “O governo do estado absteve-se e a prefeitura foi irresponsável, usou a situação como instrumento de proselitismo político. Também faltou consistência ao projeto do Pan. No limite, a responsabilidade é do governo federal. Previu-se que ele entraria com 17% dos gastos, hoje está em quase 50%. E é muito ruim o Pan acontecer sem sequer uma nova estação de metrô, por exemplo. Para uma Copa, temos de fazer diferente. O governo não será surpreendido”, disse.

Em outubro do ano passado o ministro reuniu-se com a empresa de consultoria Deloitte. Foram abordadas várias questões, como a criação de um grupo interministerial para mapear as necessidades de infra-estrutura, hotelaria, segurança pública etc., para começar a planejar o que seria a Copa no País.

“A Copa no Brasil terá a nossa cara. Será uma Copa brasileira. Ainda é cedo para dizer se serão feitos 12 estádios, pode haver reformas. Sabemos dos riscos. No limite, o governo tem de garantir que teremos as arenas. Uma Copa é uma grande oportunidade de coroar um novo modelo no futebol brasileiro. Esse é o desafio” afirmou na época à revista Carta Capital.

## Sucesso na Alemanha

Na África do Sul, palco da Copa 2010, foram apontados vários problemas. A demora para o início das obras nos estádios gerou críticas de Joseph Blatter, presidente da FIFA, ao Comitê Organizador do país. Apesar delas, os sul-africanos garantem as metas. Há cinco estádios ainda por construir e outros cinco para reformar, ao custo total estimado de 1 bilhão de dólares, valor mais de três vezes do que o imaginado em 2004, quando o país foi confirmado como sede.

Por comparação, a Copa da Alemanha foi considerada um sucesso de organização, de empenho da sociedade e também de lucro. O Comitê Organizador e a FIFA declararam lucro de 135 milhões de euros (390 milhões de reais). O montante inicialmente previsto era de 100 milhões.

Estima-se que 32 bilhões de telespectadores assistiram à Copa da Alemanha pela tevê. Apenas com os 21 patrocinadores oficiais, a FIFA arrecadou 800 milhões de dólares. A Alemanha também investiu 1 bilhão de dólares em campanhas de publicidade e marketing com temas ligados à Copa.

ALEMANHA

# Nasce A Esquerda

*Fusão entre socialistas cria novo partido do socialismo democrático*

Em junho ocorreu em Berlim um fato histórico que pode mudar o panorama político da Alemanha. Foi a criação do partido "A Esquerda" (Die Linke), fruto da fusão entre o Partido do Socialismo Democrático, herdeiro do partido que exerceu o poder durante o período de vigência do socialismo na Alemanha Oriental, e o Partido do Trabalho e da Justiça Social, uma dissidência do Partido Social Democrata, comandada pelo ex-ministro da Economia Oskar Lafontaine, e que surge como a terceira força política do país em número de inscritos.

A fundação de A Esquerda teve grande repercussão na Alemanha e na Europa. No Brasil ganhou também destaque no noticiário e mereceu a análise de alguns comentaristas de política internacional. Isto se deve ao ineditismo do fato, pois é a primeira vez que surge um forte partido de esquerda no âmbito de toda a Alemanha, depois da grande cisão do Partido Comunista em 1956.

Depois da reunificação do país, na sequência da queda do muro de Berlim e do desaparecimento do socialismo no Leste, é a primeira vez que a esquerda alemã se posiciona no cenário político com viabilidade eleitoral e capacidade de mobilização social. O primeiro teste eleitoral foi feito em setembro de 2005, quando o Partido do Socialismo Democrático e a agremiação de Lafontaine decidiram participar das eleições em coalizão. Alcançaram 8,7%, elegendo 53 parlamentares. Foi então que surgiu a idéia de constituir um novo partido, a partir da fusão de ambos. Deu-se início a um processo de debate interno, que incluiu a realização de congressos paralelos das duas agre-

miações para a elaboração dos documentos preparatórios ao congresso de fundação do novo partido e a realização de referendos com as respectivas militâncias. O ponto culminante do processo ocorreu no encontro de 15 e 16 de junho, quando cada formação política realizou separadamente seus congressos para decidir pela sua extinção e em seguida teve lugar o congresso de fundação do novo partido.

A Esquerda surge com 70 mil membros, sendo 60 mil oriundos do Partido do Socialismo Democrático e 10 mil do Partido do Trabalho e da Justiça Social. O congresso de fundação teve uma participação paritária em número de delegados, sendo 400 de cada partido. Elegeram-se uma direção coletiva e uma presidência compartilhada, constituída por Lothar Bisky (PSD) e Oskar Lafontaine (PTJS). O Congresso de fundação de A Esquerda contou com expressiva participação de delegações internacionais. Mais de 70 partidos estrangeiros, a maioria comunistas, acompanharam o evento realizado em Berlim. Do Brasil participaram o Partido Comunista do Brasil, representado por José Reinaldo Carvalho, secretário de Relações Internacionais do Comitê Central, e o Partido dos Trabalhadores, através de Ricardo Azevedo, presidente da Fundação Perseu Abramo.

A fundação do novo partido de esquerda na Alemanha é um esforço para atender à necessidade de solução para conflitos políticos e sociais emergentes, e cada vez mais distante no quadro de condomínio do poder exercido entre a direita e a social-democracia. Há um clamor na Alemanha contra o desmantelamento do estado de bem-estar so-



Gregor Bysi e Oskar Lafontaine

cial, uma insatisfação crescente com as desigualdades, um temor difuso em face das ameaças de retrocesso provenientes das forças de direita e um generalizado incômodo com o envolvimento do país em operações militares no exterior. Aliás, foi na luta contra a chamada operação "Tornado", como ficou conhecida a missão de guerra no Afeganistão, que se reforçou um dos aspectos mais importantes da aliança entre o PSD e o PTJS. Nessa ação oposicionista a tais planos bélicos incorporaram-se inclusive deputados do Partido Verde e do Partido Social Democrata.

Definindo-se como "um partido da esquerda europeia, do movimento social e do movimento pela paz", A Esquerda sintetiza nos seguintes termos sua visão sobre a sociedade atual: "Nossa sociedade, assim como muitas outras no mundo, caracteriza-se pelo desemprego em massa, pelas divisões econômicas e culturais. A destruição da natureza e do homem constituem cada vez mais uma ameaça de grande dimensões. A guerra se torna instrumento da política. A política imperial e o fundamentalismo se reforçam mutuamente". E é em face dessa caracterização apresenta propostas: "Nossa alternati-

va a esse desenfreado capitalismo é a renovação sobre os princípios da solidariedade e da estruturação democrática da sociedade... lutamos contra o desmantelamento dos direitos sociais, pela justa distribuição do trabalho e pela regeneração do estado de bem-estar social baseado na solidariedade... Democracia, liberdade, igualdade, justiça, internacionalismo e solidariedade são nossos fundamentais valores e orientações, inseparáveis da paz, da preservação da natureza e da emancipação.

As idéias do socialismo democrático são pontos-chaves para o desenvolvimento dos objetivos políticos d'A Esquerda". Quanto à política internacional e especificamente sobre a Europa, o novo partido A Esquerda defende a luta por um mundo de paz, justiça social e democracia, ao tempo em que combate a militarização e as privatizações. As principais bandeiras de luta no plano internacional são: por uma política externa de paz para a Alemanha e a Europa; pela construção de uma justa ordem econômica; pela democratização da ONU e por mudanças na construção da União Europeia.

## MOVIMENTO COMUNISTA

# O caminho sul-africano para o socialismo

*Em seu 12º Congresso, o Partido Comunista da África do Sul quer aprofundar a hegemonia operária para dar uma orientação socialista à revolução nacional democrática*

WALTER SORRENTINO \*

O 12º Congresso do Partido Comunista da África do Sul, encerrado em 15 de julho, foi marcado por um intenso debate sobre os rumos do partido, sua participação no interior da frente que governa o país, o CNA (Congresso Nacional Africano) e a participação dos comunistas na eleição presidencial de 2009.

Foram 1.500 delegados, que elegeram um novo Comitê Central e definiram o rumo que o Partido vai seguir no próximo período - aprovado sob a consigna do documento que orientou a discussão, intitulado O Caminho Sul Africano Para o Socialismo, que lembra consigna semelhante aprovada pelos comunistas em 1962, para o CNA (dentro do qual o PCAS historicamente atua): O Caminho Sul Africano Para a Liberdade, matriz dos êxitos alcançados desde então, com a conquista do governo por Nelson Mandela nos anos 90.

Mas a centralidade do debate foram as perspectivas políticas em disputa na sociedade e governo sul-africano neste momento, incluídas as eleições de 2009. A questão colocada pelo PCAS é a da constituição da hege-

monia da classe operária na sociedade, no governo e Estado, nos locais de trabalho e comunidades. Ou seja, lutar por assegurar que a transição vivida pelo país há treze anos evolua para um Estado desenvolvimentista, com fortes políticas industriais e sociais estratégicas, superando de vez a herança colonial e do apartheid, como forma de abrir caminho ao socialismo, e que rompa com orientações neoliberais que ainda permanecem. Um caminho nacional para o socialismo, certamente.

Essa herança é constituída por limitações quanto à política contra o desemprego, da política macro-econômica ortodoxa em vigor, à reforma agrária, segurança e saúde, principalmente. A crítica do PCAS é que não se alterou substancialmente o modelo dependente de desenvolvimento, aproveitando as privatizações ocorridas desde 94, e a persistência de políticas macro-econômicas ortodoxas.

O PCAS se prepara para maior protagonismo no interior da aliança e do próprio governo, demarcando e diferenciando mais suas posições, disputando ativamente posi-

ções ligadas ao projeto político definido e lutará por nova configuração da aliança, constituindo um centro estratégico no seu interior, com plataforma definida, além de obter garantias na construção das listas eleitorais.

De todo modo, o PCAS julga necessário manter uma frente do tipo do CNA, ampla, com forte apelo popular - algo próximo a 70% dos votos - para um completo domínio do programa de libertação nacional e democrática. O PCAS elegeu 72 representantes ao Congresso, via CNA. Sozinho não alcançaria esse percentual. Mas, simultaneamente, realçam o papel do PCAS, que tem enorme autoridade moral sobre a discussão de rumos da luta do CNA.

Após 1994, com a eleição de Nelson Mandela e o fim do apartheid, o PCAS passou a integrar o governo, embora hoje seus documentos firmam que o projeto dominante desde 1996 significam a manutenção das condições para a acumulação capitalista em nova base, supostamente mais sustentável.

O desafio político deste Congresso é de extrair lições de ser um partido que faz

parte do governo, mas não é um partido governante, no poder. E, assim, a questão política central foi a questão de disputar ou não as eleições presidenciais com legenda e candidato próprio, de modo independente quanto ao CNA. O Congresso indicou o caminho de apreciar esse caminho numa Conferência para 2009, após o Congresso do CNA que se realiza em dezembro próximo.

O 12º Congresso se volta, além disso, para os caminhos estratégicos a seguir. Questão central da estratégia é a chamada visão de médio prazo - ajustar a relação entre reformas transformadoras e revolucionárias, para alavancar o poder da classe operária, que chama à construção da hegemonia da classe operária nos espaços de poder.

A Estratégia socialista visa, segundo os documentos congressuais, aprofundar a revolução democrática nacional e abrir um caminho para uma economia de transição, na qual o capitalismo está ainda presente, mas sob hegemonia de um setor socialista. *Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois*

# Observações de um comunista brasileiro na China

*“O desenvolvimento é como subir numa grande montanha: conforme avançamos, aumentam as nossas dificuldades”, diz o dirigente Ma Wenfu*

AUGUSTO BUONICORE\*

Quando a comitiva do PCdoB pousou em Beijing já foi possível notar que alguma coisa de surpreendente ocorre naquele país: em todo lugar havia guindastes levantando prédios, fazendo da capital chinesa um canteiro de obras. Nos dias seguintes pudemos constatar que a febre de construções atingia também as demais províncias, inclusive algumas que não estão entre as mais desenvolvidas. Nosso anfitrião, o Partido Comunista Chinês fez questão de nos levar para diversas províncias com graus de desenvolvimento diversificados.

Em Beijing vimos o grande esforço na preparação das Olimpíadas 2008, que os chineses pretendem transformar numa espécie de cartão postal da nova China. Estádios modernos e arrojados se levantam do chão batido, e há melhorias em toda a infraestrutura da cidade.

A escala seguinte foi a província autônoma de Nigxia Hui — habitada pelos Hui, uma minoria étnica predominantemente muçulmana. Ali vimos o esforço sobre-humano da comunidade camponesa de Baijitian para transformar o deserto em terras produtivas. Em outra aldeia (Diaozhuang) vimos a produção de vegetais e frutas; as uvas ali cultivadas eram transformadas em vinhos de alta qualidade. Tudo em terras que, até pouco tempo, eram desérticas; a experiência é muito importante porque grande parte das terras chinesas são impróprias para a agricultura.

O ponto seguinte foi Xangai, a cidade mais cosmopolita da China, que cresce em média 12% ao ano desde 1990. Apesar de ser um centro financeiro e comercial, a indústria representa cerca de 50% de sua economia. A sua marca registrada são os grandes arranha-céus da zona econômica especial do distrito de Pudong.

## A delegação do PCdoB

Para estudar em loco a experiência de construção do “socialismo com peculiaridades chinesas”, uma comitiva de dez comunistas brasileiros visitou Beijing, Xangai e a região autônoma de Ningxia Hui, no noroeste da China, entre os dias 9 e 22 de julho, a convite do Partido Comunista Chinês. Os dirigentes do Departamento Internacional e também professores da Academia Central do PCCh, com quem a delegação teve contato, desejam estimular a investigação nos dois sentidos — Brasil-China, e vice-versa, e fortalecer os laços de amizade entre os dois partidos.

A viagem deixou, entre os saldos favoráveis, a proposta de realização, no Brasil, em 2008, de um ciclo de palestras pelos 30 anos do movimento chinês de reforma e abertura, e que resultou na multiplicação por quatro do PIB chinês em apenas 25 anos (1978-2002), e outro para estudar temas ligados à história e à realidade da esquerda na América Latina.

Liderada por Socorro Gomes, a delegação do PCdoB incluiu Augusto César Buonicore, Bernardo Joffily, José Divanilton Pereira da Silva, Leandro Gomes de Paula, Leila Márcia Silva Santos, Manuela D’Ávila, Marcelo de Toledo, Renata Lemos Petta e Ronaldo Carmona.

Na província de Na-hui visitamos várias indústrias modernas, entre elas uma fábrica de peças e outra de máquinas empilhadeiras. E também a montadora Chery, fundada em 1997 e que hoje produz 400 mil automóveis por ano, suplantando multinacionais localizadas no país. Ela exporta motores para os Estados Unidos e tem filiais em vários países; prevê inclusive instalar uma fábrica no Uruguai para vender no Mercosul. Seus modelos mais populares podem ser comprados na China pelo equivalente a 10 mil reais.

São fábricas modernas, que empregam tecnologia avançada, com condições salubres de trabalho, e que pagam salários que, na média, estão acima de outros ramos da economia, especialmente no campo.

## O Partido Comunista da China

O PCCh fechou 2006 com 72,391 milhões de militantes; só naquele ano ganhou 2,63 milhões de novos aderentes numa demonstração, dizem os dirigentes chineses, do crescente prestígio do partido entre o povo.

Esta massa de comunistas está organizada em 3,17 milhões de organizações de base, e aproximadamente 92% das empresas possuem tal tipo de organização.

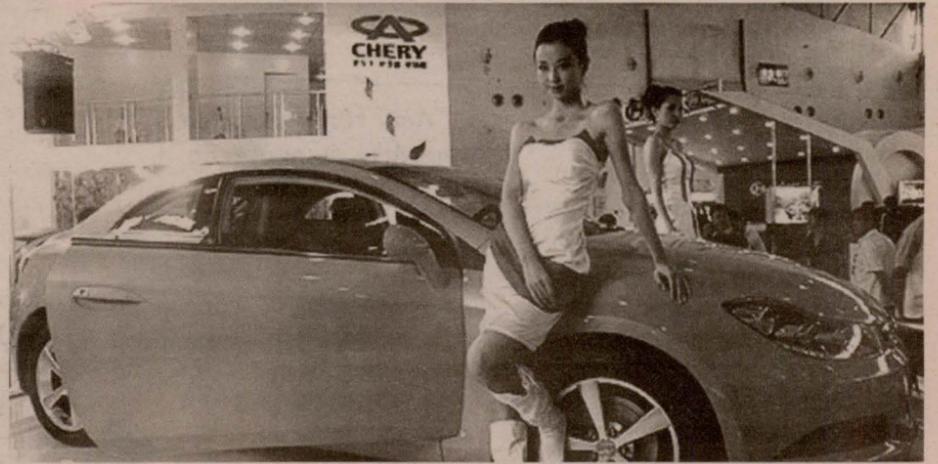
O candidato à filiação precisa enfrentar um rigoroso controle. O pedido deve ser feito por escrito; se aprovado, há um prazo de observação de mais um ano; depois disso, é submetido a uma votação entre os membros da base, que devem aprovar o pedido por unanimidade. Depois, o resultado é submetido ao órgão imediatamente superior.

Num partido que está no poder, dirigindo uma economia em rápido desenvolvimento — e na qual convivem elementos socialistas e capitalistas — os fenômenos da corrupção e da degenerescência ideológica são uma ameaça constante, como os chineses reconhecem. Para enfrentá-los, é feito um grande esforço de educação ideológica e também de controle e punição sobre as atitudes anti-socialistas de seus militantes e dirigentes. Há comissões de controle, em todos os níveis, para avaliar o comportamento dos filiados. Apenas no ano de 2005 mais de 115 mil receberam algum tipo de punição, e mais de 20 mil foram expulsos. Nestes últimos anos muitos dirigentes do Estado e do partido foram condenados por corrupção e abuso do poder. Alguns chegaram a receber a pena máxima.

Existe um processo consciente de renovação e rejuvenescimento dos quadros e dirigentes partidários, que teve início com Deng Xiaoping, e a permanente renovação da alta direção do partido já é uma concepção consolidada. Isso levou a um fortalecimento da direção coletiva e à eliminação do “culto a personalidade”. O atual secretário-geral Hu Jintao é fruto deste esforço renovador.

Mais de 30% dos militantes e a quase totalidade dos dirigentes nacionais tem curso superior. Segundo os comunistas chineses, o exercício do poder nesta fase de desenvolvimento das forças produtivas na China exige dos comunistas o maior domínio da cultura, da ciência e da tecnologia.

Há uma grande preocupação em desenvolver a democracia no interior da vida partidária, do Estado e da sociedade chinesa.



A China, entre a modernidade...  
... e a tradição



Mas, frisam, democratização, neste caso, não se confunde com a incorporação dos valores e práticas da chamada democracia liberal burguesa ocidental — inadequada ao processo de construção do socialismo. Este será um dos temas do próximo congresso partidário.

A delegação do PCdoB pode constatar o alto grau de liberdade existente na China, contrariando o que é difundido diariamente pela propaganda ocidental. Visitamos um museu público, recém-construído em Nigxia Hui, inteiramente dedicado à cultura islâmica.

Outro aspecto é a cultura homossexual que, como no Ocidente, se expressa livremente. Ao contrário do que dizem, na China, nem a religião nem o homossexualismo parecem ser reprimidos.

## Uma sociedade socialista harmoniosa

Uma consequência do rápido crescimento econômico foi o aumento da renda dos trabalhadores, embora acompanhado pelo crescimento das diferenças sociais. Conflito que deve permanecer de baixa intensidade enquanto persistirem os atuais níveis de desenvolvimento. Ma Wenfu — vice-diretor da Comissão de Relações Exteriores da Assembléia Nacional Popular — chegou a afirmar: “O desenvolvimento é como subir numa grande montanha: conforme avançamos, aumentam as nossas dificuldades”.

Os dirigentes do PCCh têm consciência das contradições que se formam no interior da China. Por isso repetem o ditado: “Quando abrimos a janela para entrarem o ar e o sol corremos o risco de entrarem algumas moscas”. Mas, dizem, a melhor saída não é manter as janelas fechadas e sim encontrar os meios adequados de eliminar as moscas.

Quais são estas moscas? A corrupção, a pornografia, a ostentação, as diferenças sociais, a poluição, o desrespeito à natureza, a quebra dos valores socialistas e humanistas nas relações entre as pessoas. Também são moscas indesejáveis as discrepâncias nos de-

envolvimentos regionais entre o litoral e o interior, entre o leste e o oeste.

Por isso a grande tarefa dos comunistas chineses — expresso nos últimos discursos de Hu Jintao — é a construção de uma sociedade socialista onde impere a harmonia entre as diversas regiões da China, entre as pessoas e a natureza, entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre a cultura tradicional e a moderna. Isso pressupõe, acima de tudo, a redução das desigualdades e das contradições que surgiram como subprodutos indesejáveis da política de reforma e abertura instaurada em 1978. Eles advogam também a necessidade da harmonia nas relações internacionais pois entendem que a paz mundial é indispensável para o desenvolvimento do socialismo chinês na primeira metade do século XXI.

Os comunistas chineses dizem que seu país está na etapa primária do socialismo, que vai durar até 2050. Nesse período a tarefa central é desenvolver as forças produtivas. A este respeito, Wang Jirai, do Departamento Internacional do PCCh, diz que “o caminho que o Partido Comunista Chinês escolheu não vai mudar. Vamos continuar a reforma, melhorar a direção do partido, aumentar a democracia. Mas não vamos deixar a direção para outro partido. Não existe este partido na China”.

Para os comunistas chineses, o socialismo e o marxismo devem se adaptar à realidade de cada país. É por isso que falam, com insistência, em “socialismo com peculiaridades chinesas”. Marx e Engels, afirmam, jamais falaram como construir o socialismo num país asiático, econômica e culturalmente atrasado, como era a China. É aos comunistas chineses que cabe, assim, encontrar as respostas teóricas e práticas para os dilemas da construção do socialismo em seu país. Por isso, reafirmam a fidelidade ao marxismo-leninismo, mas também ao pensamento Mao Tse-Tung e à teoria de Deng Xiaoping — as bases teóricas e políticas do socialismo chinês na atualidade. Como afirmou Hu Jintao, num discurso pronunciado na Academia Central do partido: “O socialismo com características chinesas é a bandeira do desenvolvimento e do progresso da China contemporânea e uma bandeira da luta pela unidade de todo o partido, de todos os povos e de todas as etnias existentes na China”.

Augusto Buonicore integra a delegação do PCdoB que visitou a China entre 9 e 22 de julho.

## TELEVISÃO

# Classificação indicativa não é censura

*Estão em vigor, desde o dia 12 de julho, os novos critérios de classificação para os programas de televisão no País, medida que gerou reações raivosas*

RENATA MIELLI

Está na Constituição Federal de 1988, no Capítulo da Comunicação Social, artigo 220, parágrafo 2: compete à lei federal estabelecer os meios para garantir à família a possibilidade de se defender de programas ou programações de rádio e televisão que não respeitem valores éticos e sociais. Este mesmo parágrafo diz que cabe ao poder público informar sobre a natureza dos programas, as faixas etárias a que não são recomendados, e horários em que sua apresentação se mostrar inadequada.

Atendendo a esse dispositivo constitucional e também ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o Ministério da Justiça realizou um extenso debate para estabelecer a Classificação Indicativa dos conteúdos televisivos. Esse trabalho, que durou 3 anos, resultou na Portaria do Ministério da Justiça publicada em 12 de fevereiro de 2007, e enfureceu os empresários da radiodifusão nacional, que iniciaram uma intensa campanha contra a medida.

Desde a divulgação dos novos critérios, esses empresários, representados pela Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), procuraram desqualificar a proposta e até mesmo o debate sobre o tema valendo-se da defesa intransigente da liberdade de imprensa, e classificando como censura toda iniciativa para regular a atividade de comunicação. Foi assim em duas outras ocasiões recentes: as discussões em torno das propostas de criação da Ancinav (Agência Nacional do Audiovisual) e do CFJ (Conselho Federal de Jornalismo).

Claro que evocar a liberdade de expressão é algo que sensibiliza um país que viveu 30 anos sob a censura imposta pelo regime militar. Mas, ao taxar uma medida como censura sem apresentar de forma explícita o que de fato tal medida pretende é, no mínimo, leviano.

No caso da Classificação Indicativa, o que os radiodifusores se negam a esclarecer à população é que eles operam uma concessão pública e que deveria abranger a diversidade regional, cultural e social do país em sua programação. Cerceamento à liberdade de expressão e autoritarismo é o que praticam boa parte dos meios de comunicação em nosso país quando excluem de seu já batido repertório diário as opiniões dissonantes, quando impõem uma programação na sua maioria emburrecedora, que não propõe a reflexão, não estabelece o contraditório, pautada pelo sensacionalismo e pela exploração de estereótipos (da mulher, dos movimentos sociais, dos negros, da juventude).



Tentativas de impedir que a Classificação Indicativa entrasse em vigor ou fosse suspensa foram apresentadas na forma de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIN's) ao Supremo Tribunal Federal (STF); todas foram recusadas pelo Tribunal e arquivadas sob o entendimento de que não cabe ADIN contra atos regulamentares definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O que muda e porque tanta gritaria?

A nova proposta tem dois pilares centrais. O primeiro obriga as emissoras a indicar, no início de todo programa, qual é a classificação indicada para ele. O segundo é adequar a programação e sua classificação aos fusos horários existentes no país. Para isso, cada programa será classificado de acordo com uma faixa etária e cada faixa poderá ser veiculada em horários determinados. Ou seja, se a classificação for livre, isto é, recomendada para todas as faixas etárias, o programa pode ir ao ar em qualquer horário do dia. Porém, se o programa não for recomendado para menores de 16 anos só poderá ser exibido após as 22 horas.

A adequação das faixas etárias ao fuso horário brasileiro gerou grande descontentamento, porque um programa da grade nacional de uma emissora que hoje é veiculado às 22 horas (horário de Brasília), com classificação não recomendada para menores de 16 anos, não poderá ser transmitida simultaneamente para o Acre e regiões do Amazonas, onde há uma diferença de menos duas horas no fuso. As emissoras deverão responder tecnicamente e logisticamente a

esta questão, já que o Brasil possui quatro fusos horários, e para elas isso é um problema.

Outro fator que tem sido objeto de contestação é o fato de que a Portaria prevê multas às emissoras que não respeitem a Classificação Indicativa, podendo até retirar o programa do ar que estiver em desacordo com ela. Antes, não havia sanção aos canais que não adotassem a classificação. Ou seja, a melhor regra, para os radiodifusores, é não haver regra nenhuma; mas no caso de existir, que ela não seja obrigatória pois, assim, segue quem quer. O prejudicado permanece sendo o telespectador, que fica sem meios para se proteger de conteúdos indevidos.

Muda, ainda, a forma de classificação, que não será mais feita previamente pelo Ministério da Justiça, mas sim, pelas próprias emissoras. Para avaliar se a programação corresponde ao critério de classificação, o Ministério da Justiça fará um monitoramento do horário em que há proteção à criança e ao adolescente - entre as 6 e 23 horas. Vale ressaltar que se o critério de classificação não se aplica a programas jornalísticos e ao vivo, justamente para evitar que haja qualquer tipo de restrição à informação e à liberdade de imprensa, responsabilizando-se o titular da empresa, ou seu apresentador e toda a equipe de produção, pelo desrespeito à legislação e às normas regulamentares vigentes.

Os programas para emissão de televisão, inclusive "trailers", têm a seguinte classificação, sendo terminantemente vedada sua exibição em horário diverso do permitido:

- I - veiculação em qualquer horário: livre;
- II - programa não recomendado para menores de doze anos: inadequado para antes das vinte horas;
- III - programa não recomendado para menores de quatorze anos: inadequado para antes das vinte e uma horas;
- IV - programa não recomendado para menores de dezesseis anos: inadequado para antes das vinte e duas horas;
- V - programa não recomendado para menores de dezoito anos: inadequado para antes das vinte e três horas.

Censura ou Controle?

Como está explícito nas normas do Ministério da Justiça, nenhum programa ou

conteúdo será proibido de ser veiculado, mas sim, a partir de uma avaliação da própria emissora e com base em critérios indicativos, será adequado para ser transmitido em faixas horárias. Essa medida não pode ser considerada como censura, mas é um legítimo mecanismo de controle sobre um serviço público como a comunicação. É um direito legítimo de um povo que vive nos marcos de uma sociedade democrática. Se o controle não for exercido pela sociedade, acabará sendo exercido pelas regras e interesses do mercado - e das empresas.

As emissoras de TV aberta operam concessões públicas, que se renovam de 15 em 15 anos. A da Rede Globo, por exemplo, expira no próximo dia 5 de outubro. Mas esta informação, tão imprescindível e que diz respeito ao interesse de toda a sociedade, não é divulgada.

Os radiodifusores também não divulgam e nem se empenham para constituir mecanismos de interação entre a sociedade e as emissoras. De acordo com a Constituição, o Brasil deveria ter instrumentos de controle social através dos quais representantes da sociedade civil, governo e instituições públicas pudessem avaliar o que está sendo exibido, para garantir que os interesses da população e a diversidade fossem contempladas nas programações. Ocorre que por falta de regulamentação, e até mesmo organização da sociedade, esses instrumentos praticamente inexistem, o que é muito cômodo para as emissoras. Para os radiodifusores o retorno da população sobre o que é veiculado se dá pelos índices do Ibope. Ignoram, porém, que parcela considerável da população não têm opção para se contrapor à grade homegeinizada pelas TVs abertas. Os que podem ter algum tipo de alternativa são os que possuem recursos para ter uma TV por assinatura, mas esta é uma parcela pequena da população.

Portanto, preservar os horários livres e de atenção à criança e ao adolescente, claramente desrespeitados atualmente, não é responsabilidade apenas da família, dos pais, como a Globo tenta fazer crer com sua campanha hipócrita, mas é do Estado e, principalmente das emissoras que são concessionárias de um bem público. Ao eximir-se dessa responsabilidade, as emissoras rompem um dos termos pelos quais lhes foi dada essa concessão.

Cabe, então, à sociedade, às entidades do movimento social organizado e aos que lutam pela democratização dos meios de comunicação denunciar tais práticas abusivas das emissoras de televisão e fazer valer os direitos que a sociedade possui.



UP-ACF LAPA-CENTRO

IMPRESSO